

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

08 a 14 de Março de 1992 Nº 28

ÁFRICA DO SUL: As eleições de 17 de março poderão ser as últimas só para brancos.

Caberá à minoria branca uma decisão de importância nacional (ou mesmo regional). O "SIM" ou "NÃO" representará a continuidade ou não do processo de reformas, cujo objetivo maior é a elaboração de uma nova Constituição e a formação de um governo interino e multipartidário de transição, para antes do final deste ano, possibilitando ao país ter, num prazo máximo de dois anos, o seu primeiro presidente negro.

As expectativas são grandes. De Klerk pediu ao eleitorado branco "um mandato claro e sem ambiguidades" para que possa negociar com a maioria negra "acordos políticos vinculativos", afastando, assim, as previsões de graves explosões raciais.

Mas, se o referendo pode cimentar a continuidade das negociações, também acentua indecisões, temores e divergências entre os brancos. A encruzilhada aponta para a continuidade da política de negociações com a maioria negra defendida pelo PN, a política pró-apartheid dos conservadores e extremistas de direita ou, segundo as palavras de Mandela, o "NÃO" terá o valor de uma declaração de guerra contra a maioria. As previsões que apontam a vitória de De Klerk no referendo — de grande interesse para a maioria negra, mesmo considerando-o racista —, são de uma maioria absoluta em torno dos 60 a 65 por cento.

A oposição, presa também à encruzilhada do dia 17, vocifera e ameaça radicalizar. Difunde o temor — como se fosse sua única e não desprezível arma.

Conservadores e neo-nazis acreditam que o "SIM" seria um voto no ANC, no comunismo e no domínio negro, seria o dilema "entre Deus e o comunismo", a ponta de lança para o conflito e a revolução branca. Também acenando com o catastrofismo, o ex-presidente Pieter Botha afirmou que votará "NÃO". Diz que não compactuará com o suicídio do seu povo.

Afirma que não é racista, e, que votará pela interrupção do processo de reformas. Teme-se que sua

posição venha a influenciar os cerca de 40 por cento de eleitores brancos indecisos.

Entre os defensores do "SIM", De Klerk — que acredita não haver alternativa para as reformas, e sabendo que as mesmas atemorizam boa parcela do eleitorado branco (avaliado em cerca de 3,5 milhões) —, com todo o cuidado e moderação, observa que condena a idéia de um governo e de um parlamento completamente dominados pelo ANC.

Mandela, conjugando firmeza e equilíbrio — prática que deve caracterizar o ANC —, alinha suas fileiras com os reformistas do PN. Para tranquilizar a minoria branca, o ANC divulgou propostas para a construção de uma democracia não-racial na África do Sul. Uma nova Constituição seria elaborada por uma maioria de dois terços na Assembléia Constituinte. Outro ponto a ser destacado é a defesa da formação de um Conselho Governamental interino formado pelos 19 partidos (com exceção dos movimentos extremistas) que participam da CODESA. Propondo que o período de construção para uma "democracia completa" não ultrapasse o prazo de 15 meses, o ANC afirmou que apelará para o levantamento das sanções internacionais tão logo passe a funcionar o Conselho interino.

Externamente, os EUA e a Comunidade Européia parecem apoiar firmemente as reformas. Internamente, muitos políticos, homens de negócios, jornais, agências de publicidade e outros setores defendem a vitória de De Klerk no dia 17, ocasião em que se marcará uma nova etapa no processo movediço — e ainda longe de um fim — que é pós-apartheid. (pp.10-12)

PORTUGAL/PALOP: Portugal pode ampliar a cooperação no setor técnico-militar, enquanto empresários discutem estratégias para Angola.

A questão da formação do pessoal militar dominou a visita que o ministro da Presidência e da Defesa de Portugal, Fernando Nogueira, fez a Angola, na semana 01-07 de março.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ANGOLA: Dissidências no interior da UNITA enquanto MPLA pensa em coligações.

O cenário político angolano foi assolado esta semana por inúmeras afirmações de rupturas na cúpula da UNITA. O Fórum Democrático Angolano (FDA) foi mais além e divulgou uma nota, segundo a qual 50 pessoas haviam sido massacradas, na segunda quinzena de fevereiro, na Jamba (local onde se localiza o quartel general da UNITA). O FDA, que é formado por dissidentes da UNITA, apontou como causa do massacre a repressão a uma tentativa por parte de militantes descontentes da UNITA de tomar a estação de rádio "VORGAN", para transmitir o seu desejo de sair da Jamba. Paralelamente a esta grave acusação iniciou-se uma especulação quanto a ausência de dois dos mais destacados dirigentes da UNITA, o ministro dos Negócios Estrangeiros Tony da Costa Fernandes, e o ministro do Interior, Miguel Nzan Puna. Fontes próximas a UNITA afirmaram que os dois dirigentes pertenciam a um grupo maior de militantes descontentes com a UNITA e que teriam desligado-se do movimento. De acordo com esta afirmação Nzam Puna teria seguido de Luanda para a Suíça onde se encontraria com José Ndele ex-primeiro ministro da UNITA no governo de transição e agora residente na Suíça onde trabalha na Nestlé. Ao desmentir estas versões a UNITA apenas afirmava que os dois dirigentes estavam em "missão de serviço", tentando esconder uma reunião de emergência da Comissão Política na Jamba. O local da reunião já expressaria o grau de gravidade, visto que a sua sede já funciona em Luanda, onde certamente teria maior visibilidade.

O esclarecimento, ou pelo menos uma tentativa de esclarecimento, surgiu com um comunicado da anteriormente camuflada Comissão Política, ao qual informava que os dois dirigentes "manifestaram o desejo de serem dispensados da UNITA para se dedicarem exclusivamente à busca de uma solução para a questão de Cabinda". Alguns articulistas lançaram a hipótese de se tratar de uma manobra da UNITA para assumir o controle político de Cabinda através de dois nomes de peso originários da região.

O MPLA por sua vez parece aproveitar o conturbado momento por que passa o seu inimigo para capitalizar dividendos. Esta idéia foi implementada através do que tornou-se conhecido como a primeira reunião da "grande família do MPLA", que sob o signo de "uma vez MPLA sempre MPLA" tentará aproximar-se dos seus ex-militantes.

A estratégia do MPLA está alerta também para a visita do Papa à Angola em junho, pouco tempo antes da eleição, e portanto importante assunto a ser lembrado. Seguindo este ponto de vista o MPLA intensifica sua aproximação com a Igreja Católica Angolana, iniciada com a devolução dos imóveis expropriados, ao lembrar a contribuição dada pela Igreja no campo moral e social. Somando-se a isso, ocorreu, no final do ano, o batizado de Eduardo Danilo, filho de José Eduardo dos Santos.

A entrevista concedida pelo secretário geral do MPLA, Marcelino Moco, além de ressaltar a influência generalizada do MPLA a nível de todo território angolano independente de faixas etno-linguísticas e cultural complementa a estratégia acima identificada ao admitir coligações nas eleições de setembro, desde que não se distancie da linha política do partido. (pp. 3-7)

GUINÉ-BISSAU: Eleições marcadas

O primeiro comício conjunto da oposição, reunindo o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Movimento Bafatá, a Frente Democrática Social (FDS) e o Partido Unido Social Democrata (PUSD), teve lugar no sábado 7 de março, em Bissau. Cerca de dez mil pessoas tomaram parte na manifestação, cuja tônica foram fortes ataques ao PAIGC e ao presidente Nino Vieira, pela primeira vez posto em causa.

No mesmo fim de semana ocorreu uma reunião do Conselho Nacional do PAIGC, onde este definiu sua proposta de calendário eleitoral: eleições presidenciais em 15 de novembro e legislativas em 13 de dezembro. Estas datas não são do agrado da oposição, que defendia a realização das eleições em junho, com as legislativas antecedendo as presidenciais. Na referida reunião o PAIGC nomeou um novo Secretário-Geral, Saturnino Costa, que substitui Vasco Cabral, e um novo secretário de Relações Internacionais. (pp. 7 e 8)

MOÇAMBIQUE: para alguns o quadro permanece o mesmo, para outros, a situação se agrava.

Para o representante do governo moçambicano nas negociações de paz, Armando Guebuza, a situação continua a mesma; para um membro da Renamo, estão num bom ritmo; para alguns observadores internacionais poderá haver progressos em breve; para parte da população — como mulheres e crianças da cidade da Beira que recentemente se manifestaram —, os ataques da Renamo a bairros da periferia da cidade precisam ser contidos, e reclamam para tanto maior proteção por parte do Exército.

As expectativas se apresentam sombrias. Além da sucessão de emboscadas, assassinatos, massacres em Nampula, Maputo, Inhambane — geralmente atribuídas à Renamo —, todas essas atrocidades cometidas contra a população civil produzem não só renovados fluxos de refugiados (estimam-se cerca de 250 mil), mas alimentam o terreno da insegurança social, desestruturam a vida e a produção rural, agravam as condições de vida urbana, desacreditam as autoridades e, por extensão, as instituições.

Não há grandes esperanças de que possa ser brevemente assinado o terceiro protocolo relativo ao processo eleitoral e à presença de observadores estrangeiros. A questão mais controvertida é a que aponta para alterações constitucionais. Os possíveis insucessos das negociações em Roma apontam, para Moçambique, perspectivas pessimistas. Para alguns observadores a Renamo estaria praticando uma nova ofensiva para desestabilizar ainda mais o governo em crise. O presidente Chissano, além de aumentar em 12 por cento o orçamento da Defesa, de ter de ficar atento à previsões de motins motivados pela fome, tem que se voltar também para as crescentes queixas de países que contribuem para a fragilizada economia moçambicana. Estes reclamam medidas mais enérgicas contra a corrupção. A Agência Internacional de Desenvolvimento, sueca, teria ameaçado cortar sua ajuda a Moçambique. Resta-nos acompanhar os acontecimentos, e aguardar melhores perspectivas. (p. 9 e 10)

Prioridade à formação técnico-militar

Portugal está numa posição privilegiada para o diálogo e cooperação com as suas ex-colónias

Mário Miranda

Formação foi a tónica da visita que o ministro da Presidência e de Defesa, Fernando Nogueira, fez a Angola, no quadro da cooperação militar entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa.

No entanto, e antes de qualquer tentativa de análise sobre a cooperação com Portugal, a África de língua portuguesa tem que ser dividida em duas partes. De um lado, os países que, após a independência, foram cimentando a sua identidade sem que os respectivos povos tivessem sido fustigados pela guerra, casos da Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Do outro lado, Angola e Moçambique, flagelados pela guerra civil e pela fome, onde a cooperação com Portugal não tem ultrapassado as duas «ilhas», constituídas pelas respectivas capitais, Luanda e Maputo.

A partir dos Acordos de Paz de Bicesse registou-se algum desenvolvimento crescente no relacionamento com Angola, principalmente com a constituição prática da Comissão de Cooperação Politico-Militar onde tem assento o general Tomé Pinto, coadjuvado por cerca de dez militares instrutores e monitores, que exercem formação a soldados angolanos no Centro de Huambo, agora visitado por Fernando Nogueira. Em breve seguirão mais militares portugueses com vista à ampliação dos locais de formação em vários pontos do território angolano, tudo no quadro e espírito dos Acordos de Paz.

Entretanto, a outro nível, diversas missões do IAEM, Instituto de Altos Estudos Militares, têm visitado Luanda, com estadias de oito a 15 dias, exercendo formação no âmbito da organização de Comando e Estado-Maior do Exército único, a que se seguirá a ida de assessores do Instituto de Defesa Nacional e mesmo de

auditores dos cursos de Defesa Nacional identificados com a geopolítica e geo-estratégia da África Austral.

Outro vector que merece destaque nas relações bilaterais entre Portugal e Angola e agora explorado tem a ver com a potenciação das capacidades portuguesas em matéria de equipamentos para as Forças Armadas angolanas, sobretudo fardamentos e conhecimentos adquiridos e patenteados internacionalmente, no campo de assistência técnica.

Para lá desta aproximação natural e profícua com Angola, resultante da paz que se vive neste território, o factor determinante para os baixos níveis de cooperação técnico-militar com este e outros países africanos de expressão portuguesa antes de 1989-1990 estava directamente relacionado com os regimes políticos vigentes em cada um destes territórios todos eles baseados num partido único.

Posteriormente e após a instalação do sistema multipartidário, consequência da queda do muro de Berlim e da derrocada política no Leste Europeu, foi possível consolidar uma cooperação que apesar de regular tinha forma avulsa.

Logo que a estabilidade começou a desenhar-se, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau iniciaram o estreitamento de laços mais concretos e globais, assentes quer na formação em Portugal, quer na presença efectiva de cooperantes militares portugueses nestes países.

Situação privilegiada

Pode considerar-se que o relacionamento de Portugal com os PALOP na área técnico-militar teve início em Julho de 1977, com as várias acções a desenvolverem-se através da prestação de serviços, fornecimentos de equipamentos, material de assistência sanitária e formação técnico-profissional.

Coordenada de início pelo

chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, a cooperação técnico-militar foi sendo posteriormente fomentada através dos adidos de Defesa e embaixadas.

Os actos concretos de cooperação militar têm vindo a tornar-se cada vez mais amplos e estrategicamente definidos, sobretudo depois de se terem dado os passos decisivos no sentido do multipartidarismo. No entanto, esta cooperação corresponde, sempre, a uma participação nos processos de desenvolvimento dos países lusófonos de África e pode, mesmo contribuir para reforçar a presença portuguesa neste continente, bem como permitir uma acrescida capacidade negocial nas instâncias internacionais em que Portugal participa.

Tanto mais que a ausência de uma política concertada relativamente a África, por parte das superpotências depois da queda do muro de Berlim, deixou grande parte dos países africanos «órfãos de apoios», incluindo os de língua portuguesa e, como consequência, deu-se um natural reforço da posição de Portugal no diálogo e na cooperação, tanto por força dos laços culturais como pelo próprio êxito na mediação do processo de paz angolano.

Agora, um maior protagonismo português no processo de negociações moçambicano e a inevitável pacificação deste país do Índico virão também aumentar as expectativas de penetração em áreas mais alargadas da África Austral e permitir, assim, o incremento dos planos de cooperação que passam, forçosamente, pela área técnico-militar (esta assume posição de relevo, como suporte, nos próprios regimes de democracia pluralista).

A língua e as afinidades culturais serão também um factor para a reaproximação com Portugal, ultrapassados que estão os «traumatismos» e os complexos de vária ordem.

Mantendo a corrente permanente da cooperação técnico-militar com os PALOP (quaisquer «vazios» serão lo-

go aproveitados por outros países), cabe a Portugal o papel de actor privilegiado na cooperação com a África de expressão portuguesa.

É necessário, no entanto, observar sempre os princípios de respeito mútuo e da não interferência de cada um dos países, tendo sempre como referencial os objectivos e interesses estatégicos de política externa portuguesa.

Este posicionamento obriga Portugal a olhar para a Europa como suporte e plataforma de projecção da nossa influência e, por reflexo, catapultar o País para um maior protagonismo nas relações internacionais.

Acções em marcha

Em concreto, a actual política de cooperação técnico-militar está patente nos quadros em anexo, contudo deixamos aqui algumas acções que merecem especial destaque.

Em Moçambique processa-se a instrução de tropas especiais, designadamente comandos, tropas pára-quedistas e «rangers» num total de cerca de 24 acções.

Na Guiné-Bissau, a reestruturação da Marinha bem como a organização das transmissões militares destacam-se como prioridades.

Em Cabo Verde, vão ser instalados um centro de instrução militar no Monte Branco, na ilha de S. Vicente, e uma escola para formação de oficiais do quadro complementar. A criação de uma unidade aero-naval foi uma das necessidades transmitidas pelas autoridades cabo-verdianas ao ministro Fernando Nogueira, durante a sua deslocação oficial àquele país, em Maio do ano passado. Diversa legislação militar vai também ser elaborada com o apoio de Portugal ao abrigo dos protocolos bilaterais já existentes.

S. Tomé e Príncipe capitaliza, de facto, a materialização mais importante de cooperação técnico-militar de Portugal com os PALOP. Um avião da Força Aérea Portuguesa, um caça 212, Aviocar, com uma tripulação de oito elementos, tem garantido, desde há três anos o contacto entre as ilhas de S. Tomé e do Príncipe.

Foram já efectuadas cerca de 600 missões e transportados cerca de 9 mil passageiros (entre os quais duas centenas de doentes) bem como 75 toneladas de material diverso. O avião da FAP tem participado também em missões de busca de salvamento. Dos cerca de 20 países que, nos últimos anos, têm vindo a cooperar nesta área, em S. Tomé, Portugal acabou por sentir mais reflexos da sua ajuda, por ser na prática aquela que é sentida pela população.

Por seu lado, Angola, na sequência dos Acordos de Bicesse, tem reservado para Portugal um papel importante na organização e enquadramento do exército único, bem como em outras acções ligadas à recuperação de aeródromos e bases aéreas militares.

Refira-se, por último, a praticamente ininterrupta cooperação existente entre Luanda e Lisboa, através das OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico), cuja delegação em Angola nunca fechou as suas portas, nem nos períodos mais difíceis, garantindo sempre a manutenção das aeronaves angolanas (quer militares quer civis).

Verificamos assim, as potencialidades de incremento de cooperação técnico-militar entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, na certeza de que esta cooperação contribui quer para potenciar a nossa influência directa naqueles destinos, quer para aumentar a capacidade política de intervenção em organismos internacionais de que Portugal faz parte como a NATO, UEO, CEE, CSCE, ONU ou mesmo na OUA.

PÚBLICO
DOMINGO, 8 MARÇO 1992

Grupo dos "Cinco" pode admitir Portugal como observador

A REUNIÃO interministerial dos cinco países de expressão oficial portuguesa, que terminou ao fim da tarde de ontem, vai agendar para a cimeira dos chefes de Estado respectivos, a realizar segunda e terça-feira, em S. Tomé e Príncipe, a possível participação de Portugal no grupo, com estatuto de observador. De acordo com uma fonte da reunião, citada pela agência Lusa, a hipótese da inclusão de Portugal como membro de pleno direito parece estar afastada. Durante o encontro, que funciona como preparatório da cimeira, foi acordada a realização de uma reunião a nível ministerial com Portugal, a efectuar nos dias 13 e 14 de Abril, em Lisboa, na perspectiva do reforço da cooperação. Neste âmbito, o encontro, que se iniciou na quinta-feira, em S. Tomé, concluiu pelo "elevado nível da cooperação político-diplomática", pelos "modestos resultados da cooperação técnica" e pelo "insucesso da cooperação económica". ■

O JORNAL 6 de Março de 1992

Cavaco na Hungria

Angola, Moçambique e CE dominaram visita de Cavaco

Angola e Moçambique

Fontes portuguesas admitiram a «O Jornal» que József Antall confidenciou a Cavaco Silva o desejo do actual regime democrático de Budapeste de reatar uma estreita cooperação com Angola e Moçambique, tendo solicitado o apoio português para o conseguir. Antall propôs concretamente uma cooperação tri-lateral Lisboa/Budapeste/África, tendo recebido o assentimento de Cavaco Silva.

Curiosamente, antes da abertura a Leste, a Hungria e os seus parceiros comunistas desenvolveram em África uma estratégia de hostilização dos portugueses, na procura de maior influência junto dos governos pró-comunistas de Luanda e de Maputo.

Conforme sublinhou um diplomata português, «chegou a hora de procurarem a nossa ajuda, depois de terem perdido essa influência e de constatarem a importância que Portugal continua a manter nesses países africanos».

TERÇA-FEIRA, 28 FEVEREIRO 1992

Negócio de cinco milhões de contos Lisnave estuda compras nos PALOP

Assistência
em Moçambique

Moçambique e Guiné-Bissau são outros dos locais onde a Lisnave pode vir a estudar novos investimentos. Em Moçambique, a empresa celebrou, em 1990, um contrato de gestão da Enama-Empresa de Manutenção Naval do Maputo, com vista à criação de uma empresa mista para explorar os estaleiros, em cujo capital a Lisnave deverá participar.

Esta unidade possui meios que permitem reparar navios com até 115 metros de comprimento. Também neste país, está a ser prestada assistência técnica, inclusive ao nível da formação profissional, com a Marna-Manutenção e Reparação de Navios, do Ministério dos Transportes de Moçambique.

Na Guiné, a intervenção da Lisnave começou pelo apoio técnico à Guinave, estaleiros de reparação e construção de navios, nas áreas da gestão e formação profissional. Esta unidade pode reparar e construir navios com até 35 metros de comprimento e em 1991 facturou cerca de um milhão de dólares, reparando uma média de 70 navios por ano.

Está também em curso um contrato de assistência técnica à Guimetal, empresa recentemente criada na área da indústria metalomecânica.

A Lisnave é actualmente um dos três maiores estaleiros de reparação naval do mundo e em 1991 obteve uma facturação de cerca de 30 milhões de contos e resultados líquidos de meio milhão de contos.

Na próxima quinta-feira, será assinado em Lisboa um acordo de cooperação com os Astilleros Españoles que, no futuro, poderá dar lugar a uma troca de participações entre ambos os estaleiros. ■

Clara Teixeira

A Lisnave aguarda pela passagem de várias estaleiros com sede em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau a sociedades de capitais mistos, para decidir sobre a compra de participações no seu capital.

Em causa estão, na generalidade, estaleiros onde a Lisnave desempenha funções ao nível da gestão ou da assistência técnica, sendo o negócio encarado não só como uma forma de "continuar a assegurar a gestão mas também de rentabilizar os capitais investidos", afirmou ao PÚBLICO o director comercial da empresa, Frederico Spranger.

Até finais de 1991, a actividade da Lisnave nos PALOP teve uma facturação de cerca de cinco milhões de contos e um investimento total de nove milhões de dólares (1,27 milhões de contos).

O processo que se encontra mais avançado é o da Estalnavave, proprietária dos estaleiros do Lobito (Angola), onde desde 1983 a Lisnave assegura a gestão. Neste momento, estão em curso conversações com o Governo de Luanda, aguardando-se uma decisão a breve prazo. Os estaleiros do Lobito são responsáveis por uma facturação de cerca de 11 milhões de dólares por ano e em 1991 repararam cerca de 150 navios.

A Lisnave tem participado também na reabilitação da Enava, empresa proprietária dos ex-estaleiros da Sorefame, em Luanda, que no ano anterior apresentaram um volume de negócios de cinco milhões de dólares e repararam 70 navios.

Neste momento, perspectivava-se também a reabilitação dos estaleiros do Namibe e do Soio, na foz do Zaire, em conjunto com empresas angolanas e estrangeiras. Além da actividade directa no sector da reparação naval, a Lisnave participa ainda em empresas dos sectores da agricultura, da indústria do frio, das rochas ornamentais e dos caminhos de ferro.

Os desaparecidos da UNITA

Vitor Silva, em Luanda

A UNITA não sabe do paradeiro de um dos seus principais dirigentes, o general Nzau Puna, e não esclarece onde se encontra um outro, Tony da Costa Fernandes. São ambos originários de Cabinda. Somam-se os indícios de mal-estar no movimento de Jonas Savimbi, cuja direcção está reunida na sua base da Jamba.

Das dos mais destacados dirigentes da UNITA, os ministros dos Negócio Estrangeiros e do Interior, generais Tony da Costa Fernandes e Miguel Nzau Puna, terão abandonado o movimento de Jonas Savimbi, afirmam em Luanda fontes afectas ao movimento guerrilheiro. Salupeto Pena, representante da UNITA no Comité Conjunto Político-Militar (CCPM), em declarações à Rádio Nacional de Angola, limitou-se a confirmar que "perdemos o contacto com o general Nzau Puna". O ministro do Interior,

terceira figura do movimento e que já ocupou o lugar de secretário-geral, fora encarregado de uma missão em Cabinda. Mas, ao fim de 14 dias, a UNITA apenas sabe que Nzau Puna fez uma passagem por Luanda, tendo-lhe perdido o contacto. "Estamos à procura de contacto e depois comunicaremos", acrescentou Pena. Em relação a Tony da Costa Fernandes (o quinto homem na hierarquia), limitou-se a dizer que ele "está em missão fora do país. Não é a mesma situação".

Em Lisboa, o representante adjunto da UNITA, coronel Aurélio Calhau, declarou apenas saber as duas pessoas em causa "estão em missão de serviço", o general Puna em Cabinda e Costa Fernandes "em missão no exterior", em local que não pôde precisar por não ter dados. Mas qualificou a notícia dos desaparecimentos como "máfie" e "especulação".

Entretanto, diversas fontes na capital angolana garantem que Nzau Puna seguiu de Luanda para a Suíça, onde se encontrara actualmente. José Ndele que foi primeiro ministro pela UNITA no Governo de transição e agora reside na Suíça, onde trabalha na Nestlé, é citado como tendo anunciado à BHC a deserção de Costa Fernandes e a possibilidade de ele aderir à FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda). Tanto Nzau Puna como Costa Fernandes são originários de Cabinda, o enclave angolano que ainda se mantém em guerra pela autonomia.

Outras fontes próximas da organização de Savimbi dão

também como possível a deserção do general Abílio Numa, comandante por parte da UNITA das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de outros oficiais de alta patente.

Uma sucessão de "casos"

Ao longo dos últimos tempos têm-se acumulado os indícios de dificuldades políticas e de deterioração da vida interna do movimento de Jonas Savimbi. A ocorrência de alguns casos melancólicos parece confirmar aqueles indícios.

Um deles é a recente não autorização do general Demóstenes Chilinguita para acompanhar o seu colega Higinio Carneiro na viagem que efectua a Portugal, "por ter muito trabalho em Luanda". Chilinguita, que foi chefe de Estado maior da FALA (Exército da UNITA), desartou outrora para o Botswana, por estar contra a continuação da guerra, numa altura em que se davam os primeiros passos para a solução política do conflito. Chegou a ser despromovido a soldado, antes de fugir e deixar o seu lugar ao actual chefe do Estado Maior da UNITA, Arlindo Costa Pena "Ben Ben". Terá feito depois um acordo com Savimbi e surgiu em Luanda na primeira delegação oficial da UNITA.

No entanto, várias vozes têm afirmado que a sua presença é forçada pela retenção da sua família na Jamba. Chilinguita é o coordenador pelas FALA da Comissão para a Formação das Forças Armadas (COFA), juntamente com Higinio Carneiro, das FAPLA e, por

redade para com a população "mantida sob cativeiro" pela UNITA, pedindo um inquérito internacional sobre a questão.

Salupeto Pena, da direcção da UNITA, desmentiu categoricamente tal acusação, afirmando que ela não passa de um artifício para tirar dividendos políticos. Pena, o único dirigente da UNITA contactável em Luanda, repetiu acusações anteriores segundo as quais o FDA não passa de uma extensão do Ministério do Interior do Governo (onde funcionam os serviços de segurança). Para ele a notícia é completamente descahida, pois a VORGAN fica localizada junto das instalações que estão a ser utilizadas pelos organismos internacionais fixados na Jamba.

O chefe da delegação da UNITA no CCPM disse à televisão angolana que parte da Comissão Política da UNITA está na Jamba, em reunião de rotina e não por causas das preferências incidentes. Nos círculos políticos de capital angolana comenta-se que a UNITA está a atravessar um período de alguma agitação, motivo pelo qual a sua direcção decidiu reunir de emergência na Jamba. Observadores fazem notar que neste momento a sede da UNITA já está em Luanda e que não faz sentido fazer reuniões da sua cúpula no seu antigo quartel-general.

Para esses observadores a UNITA, por razões de propaganda, teria todo o interesse em desenvolver as suas actividades em Luanda, onde elas têm visibilidade, estranhando a reunião na Jamba, que nem sequer foi anunciada. Os mesmos observadores estimam, que tal atitude só tem explicação se a reunião tiver, de facto, carácter secreto.

Para esses observadores a UNITA, por razões de propaganda, teria todo o interesse em desenvolver as suas actividades em Luanda, onde elas têm visibilidade, estranhando a reunião na Jamba, que nem sequer foi anunciada. Os mesmos observadores estimam, que tal atitude só tem explicação se a reunião tiver, de facto, carácter secreto.

Mas, para Salupeto Pena, isso não passa de conjecturas, uma vez que a Comissão Política já se reuniu em Luanda, está agora na Jamba e amanhã pode esconder uma outra qualquer cidade angolana para se reunir. O dirigente da UNITA atribuiu às dificuldades de instalação a não transferência de toda a direcção e meios da Jamba para Luanda, tendo convidado os jornalistas a visitar a sua antiga base principal.

Uma difícil adaptação

De qualquer modo, todas estas movimentações parecem confirmar as declarações do ex-capitão Abel Cogi, segundo as quais é grande o descontentamento no seio da UNITA. Abel Cogi era até há pouco tempo capitão da UNITA, onde militou durante 18 anos. Colocado na Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF), no Leste, pediu protecção ao Governo. Segundo disse, a sua vida correria perigo por ter recebido uma ordem para se apresentar na Jamba por alegada indisciplina - o que justificou dizendo que tal se devia ao facto de manter uma vida normal, convivendo com familiares e amigos, prática que, sublinhou, está proibida aos elementos representantes da UNITA nas comissões de trabalho dos acordos de paz.

Nas conferências de imprensa que deu em Luanda, Cogi disse haver grandes problemas no movimento de Jonas Savimbi e que o seu caso não era isolado nem único. Outros lhe seguiriam.

Paralelamente, alguns analistas políticos dizem que o MPLA, empenhado em capturar dividendos através de actos e extralimitações,

lactação dos militantes da UNITA à vida civil tem-se revelado difícil, não só no aspecto político, como principalmente no social. Chegados às cidades, encontram um mundo completamente estranho, bem diferente daquele que durante anos lhes foi pintado, resultando daí grandes choques. Nas cidades, o dinheiro é que impõe as regras e se a UNITA não tem problemas financeiros, já os seus militantes individualmente os têm, vendendo afilhos para acompanhar o custo da vida.

Para os observadores ocidentais, a esposa descreveu alguns elementos de confiança de Savimbi: "refugia-se que o capitão Abel Cogi também abandonou recentemente as fileiras da UNITA, encontrando-se actualmente sob protecção das forças governamentais - e está estalado de motivos a confirmar-se, incluem a conflagração desastrosa da campanha política da UNITA, quase um ano depois da assinatura dos Acordos de Paz.

No plano internacional, o anúncio do corte da ajuda americana, a UNITA, a de uma maior abertura demográfica e provável levantamento das sanções económicas de Washington sobre Luanda parece estar em igual ambiente a concorrer para o nervosismo e a tensão que se está a apoderar de Jonas Savimbi.

Paralelamente, alguns analistas políticos dizem que o MPLA, empenhado em capturar dividendos através de actos e extralimitações,

EXPRESSO, SABADO 7 DE MARÇO DE 1982

Deserções em Angola

“Temos influência em todo o território angolano”

Secretário-geral do MPLA diz ao PÚBLICO

Marcelino Moco, de 38 anos, secretário-geral do MPLA desde Junho de 1991, ostentando (tal como Jonas Savimbi), natural do Huambo, antigo ministro da Juventude e Desportos, admitir ser possível que o seu partido ganhe, por maioria absoluta, as eleições presidenciais e legislativas angolanas deste ano.

Com maioria absoluta ou maioria relativa, o MPLA ganharia as eleições, não um compromisso futuro de democracia em Angola. E a maioria absoluta - disse ao PÚBLICO o secretário-geral daquele partido.

Mesmo assim, temos ter em conta que somos um país diversificado, um país que precisa de estabilidade e o Governo que se está constituindo, depois das eleições de Setembro, terá de responder a essa preocupação de unidade e não sustentar apenas os membros do MPLA. Tem de estabelecer a unidade do partido - acrescentou Marcelino Moco, segundo o qual o Movimento Popular de Libertação de Angola tem uma "influência generalizada a nível de todo o território nacional, independentemente das faixas socioeconómicas e culturais".

Na sua entrevista ao jornal, conseguiu por consideráveis "afirmações positivas" as de que o partido vai poder, ao mesmo tempo, preparar o enquadramento político e administrativo, e afirmar: "No entanto, o Governo angolano, que se está a preparar, não pode esquecer as reformas anunciadas pelo partido, que se encontram desvirtuadas que se dificuldades que se colocam se deve formular propostas políticas que não se possam pôr em prática na oposição que não se esqueça sempre de manter o contacto de comunicação social pelo Governo".

Quando se observou que o MPLA não tem nada de novo que a própria UNITA se queira ultraneamente "revelar", Marcelino Moco respondeu que Jonas Savimbi fez recentemente no subúrbio de Luanda um "discurso sem pé nem cabeça", que era um "projeto de desajuste, porque não tem nenhuma consistência". "Não há nenhuma razão para o partido da UNITA aceitar de bom grado o verter-se que desproporcionadamente".

Quando se observou que o MPLA não tem nada de novo que a própria UNITA se queira ultraneamente "revelar", Marcelino Moco respondeu que Jonas Savimbi fez recentemente no subúrbio de Luanda um "discurso sem pé nem cabeça", que era um "projeto de desajuste, porque não tem nenhuma consistência". "Não há nenhuma razão para o partido da UNITA aceitar de bom grado o verter-se que desproporcionadamente".

Quando se observou que o MPLA não tem nada de novo que a própria UNITA se queira ultraneamente "revelar", Marcelino Moco respondeu que Jonas Savimbi fez recentemente no subúrbio de Luanda um "discurso sem pé nem cabeça", que era um "projeto de desajuste, porque não tem nenhuma consistência". "Não há nenhuma razão para o partido da UNITA aceitar de bom grado o verter-se que desproporcionadamente".

Quando se observou que o MPLA não tem nada de novo que a própria UNITA se queira ultramente "revelar", Marcelino Moco respondeu que Jonas Savimbi fez recentemente no subúrbio de Luanda um "discurso sem pé nem cabeça", que era um "projeto de desajuste, porque não tem nenhuma consistência". "Não há nenhuma razão para o partido da UNITA aceitar de bom grado o verter-se que desproporcionadamente".

Quando se observou que o MPLA não tem nada de novo que a própria UNITA se queira ultramente "revelar", Marcelino Moco respondeu que Jonas Savimbi fez recentemente no subúrbio de Luanda um "discurso sem pé nem cabeça", que era um "projeto de desajuste, porque não tem nenhuma consistência". "Não há nenhuma razão para o partido da UNITA aceitar de bom grado o verter-se que desproporcionadamente".

MARCELINO MOCO - Adm. que não. Mesmo a sua esposa responder-me sem razão de ser. Mas, não podemos seguir a política de dar a cada um o "Angola Condição", tem estado a defender tanto o MPLA como o Governo e aqueles que têm sido escaldados durante, quer fosse quer não. Se a linguagem não é correcta, é um problema de quem dá as palavras, que estão dentro desse programa.

P. - Quer dizer que não há um contrato de direcção do MPLA sobre o conteúdo do programa?

R. - Contrário. Há, mas há também ênfase da juventude e o problema de trabalhar em relação à linguagem de Vorgan (a emissora de Luanda). Mas vamos fazer um esforço adicional para que a sua linguagem seja mais pobre.

P. - Não estaria disposto a manter suspenso tal programa em benefício do partido?

R. - Seria muito difícil neste momento, pelo comportamento da UNITA. Os programas seriam enormes. A própria democracia poderia muito mais estabelecer de uma forma regular com o "Angola Condição".

P. - A estratégia eleitoral do MPLA admite coligações?

R. - Admite. Esta é uma das coisas que me dá mais preocupação, desde que se está a fazer o debate político e se o debate político está a ser sempre improvisado. Muitas vezes as equipas que se encontram em campanha não têm uma estratégia clara.

P. - Quando se diz que uma tendência força possa contrariar o progresso de que o MPLA ou a UNITA ganharem as eleições?

R. - Esta questão de desajuste eleitoral é como o jogo de futebol, onde os resultados são sempre improvisados. Muitas vezes as equipas que se encontram em campanha não têm uma estratégia clara.

P. - Pensamos que o presidente eleito não conseguirá os regimes necessários em África e já não está muito útil para o desenvolvimento da democratização do país.

P. - Há quem pense que a adopção desse sistema terá a ver com as perspectivas de uma eventual vitória do MPLA nas presidenciais e da UNITA nas legislativas.

R. - (Risos). Não. Não tem nada a ver com tendências. Advogados em sentido presidencialista mas, primeiro da frente de que do português. A ideia de ser lançado entre o Parlamento e o Presidente é um instrumento para apoiar a democratização. Mas não garante um protagonismo exclusivo do Presidente da República.

P. - O MPLA diz que vai ser diferente, mas mantém (sem alhos e sem) as mesmas pessoas.

R. - De 70 mil homens que tinhamos em Abril de 1980, agora há 30 mil.

P. - Vão ter um congresso extraordinário muito desolador?

R. - Penso que sim. Entre Abril e Agosto.

P. - José Eduardo dos Santos declarou a presidência do partido?

R. - Não, até agora que o presidente do partido se afastou.

P. - Mas não está afastado a liderança de Daniel Chipenda vir a integrar a direcção do MPLA?

R. - Não, nos momentos que Chipenda tenha um ligeiro problema em direcção.

P. - Voei Presidente?

R. - É possível.

Delegado da UNITA ao PÚBLICO Solução para Cabinda “numa perspectiva nacional”

O DELEGADO da UNITA em Portugal, Adalberto Júnior, afirmou ontem ao PÚBLICO que, nos últimos dias, tem havido em alguns meios angolanos “uma intenção de denegrir” o seu movimento, juntando uma série de informações falsas a uma verdadeira: a do afastamento dos generais Tony da Costa Fernandes e Miguel N'zau Puna, que decidiram dedicar-se por inteiro à questão de Cabinda.

Adalberto Júnior desmentiu a existência de quaisquer problemas com os generais Abílio Numa e Demóstenes Chilingutula, bem como com o capitão Sebastião Lameira. E afirmou não fazer sentido a denúncia, pelo Fórum Democrático Angolano (FDA), de que a UNITA teria morto mais de 50 pessoas junto às instalações da sua estação de rádio, a VORGAN, já que as mesmas ficam nas proximidades das tropas da ONU instaladas na Jamba e que elas nada notaram.

O seu movimento — acrescentou — convidou os jornalistas a irem à Jamba verificarem o que é que na verdade lá se passa, a fim de que não prossiga a “campanha de desinformação”, considerando que parte do noti-

ciário ontem publicado “é muito grave”. [Note-se que o PÚBLICO contactou quinta-feira a delegação da UNITA em Lisboa que qualificou as notícias da deserção de Puna e Fernandes como “especulação” e “má-fé”].

Acerca do caso de Cabinda, Adalberto Júnior reafirmou que a UNITA defende para aquela província a autonomia, mas no quadro de Angola: “A questão tem de ser vista numa perspectiva nacional”.

Interrogado sobre a hipótese de N'zau Puna, “um descendente dos barões de Puna”, e de Tony da Costa Fernandes irem agora tentar a unificação da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), dividida em diversas facções, comentou que “tudo são conjecturas e só o futuro o poderá determinar”.

Admitiu, porém, que a provável passagem dos dois generais para os quadros da FLEC esteja na linha da conferência unificadora que, em Outubro do ano passado, aquele grupo separatista efectuou em Lisboa. E logo a seguir comentou, em tom de aviso, que “os acordos de paz para Angola assinados em Portugal também têm de ser aplicados em Cabinda”.

Estados Unidos hesitam na ajuda a Angola

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA 5 MARÇO 1962

ALGUNS congressistas e empresários americanos exortaram ontem a administração Bush a retirar os últimos obstáculos ao aumento da ajuda e dos investimentos em Angola. O congressista Sam Gejdenson, que preside à subcomissão para a política económica e comércio internacional, afirmou mesmo

que os Estados Unidos têm a responsabilidade de ajudar Angola a recuperar do desgaste provocado pela guerra civil. A administração Bush mostra-se, no entanto, hesitante em remover alguns obstáculos que tem vindo a colocar, antes do Governo angolano marcar a data definitiva das eleições.

PÚBLICO | SABADO 7 MARÇO 1962

LIVRO PORTUGUÊS EM ANGOLA — Foi inaugurada ontem, em Benguela, cidade do centro de Angola, a primeira Feira do Livro Português, que vai decorrer até amanhã, domingo. Nes-

se certame estão a venda cerca de 14 mil títulos de autores de língua portuguesa, obras de literatura infantil, juvenil e ainda edições técnicas. A feira tem o apoio da Embaixada de Portugal em Angola.

Nogueira elogiou políticos angolanos

PÚBLICO 27 FEVEREIRO 1962

O MINISTRO da Defesa regressa amanhã a Lisboa, concluída a sua visita de cinco dias a Angola, na dupla qualidade de ministro da Presidência e da Defesa. O governante português mostrou-se confiante no sucesso do processo de paz e no desenvolvimento de Angola. Nas intervenções públicas que já formulou, Nogueira elogiou a forma como os “políticos angolanos estão a conduzir, com êxito, o processo de paz e democratização em Angola”.

O ministro da Defesa mostrou-se “orgulhoso” por ver reconhecido o papel dos militares portugueses que fazem assessoria técnica ao exército angolano em formação. “É particularmente gratificante ouvir dizer que os militares portugueses continuam fiéis aos seus valores de dignidade, de generosidade e do espírito de missão”, disse Nogueira, referindo que esse facto terá repercussão nos militares angolanos pois “os passos firmes que soubestes dar são prenúncio

de sucesso para a longa caminhada que está a vossa frente. Amar a pátria, neste momento em Angola, é saber servi-la”.

Os militares são o elemento primeiro e indestrutível da existência de um Estado, motivo pelo qual Angola precisa de forças armadas que preservem a sua identidade e independência nacional, afirmou, recordando as responsabilidades que pesam sobre todos, nesta etapa delicada da vida em Angola. “Não podemos aceitar que, amanhã, os vindouros possam dizer que nós falhamos. A nossa consciência não iria aguentar isso”.

Esperados com expectativa são os encontros, hoje e amanhã, com o Presidente angolano, e com o cardeal de Luanda de quem Fernando Nogueira espera obter opinião sobre a actual realidade angolana. Outra diligência será destinada a repor o encontro com Jonas Savimbi, o que parece já pouco provável.

Vitor Silva, em Luanda

Empresários em missão a Angola

PÚBLICO SEXTA-FEIRA 6 MARÇO 1962

A ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB) vai realizar a sua primeira missão empresarial a Angola entre 4 e 10 de Abril, tendo por objectivo mobilizar investimentos do Baixo Cávado para aquele país.

Trinta empresários dos têxteis, da agro-pecuária, da construção civil e do comércio estabelecerão contactos com empresas privadas angolanas, com membros do Governo e com estruturas associativas de empresários, numa tentativa de conhecerem melhor a realidade económica angolana e as possibilidades de relações empresariais e de investimentos locais. A construção civil, a pecuária e o têxtil deverão dominar as perspectivas de negócio.

No primeiro dia de contactos, haverá visitas a diversas empresas de Luanda, como as cervejeiras Nocal e Cuca, a têxtil Textang, a Petrangol e o Pão-de-Açúcar. No dia 7, a missão viajará até à região do Bengo, onde se produz sisal e café e há grandes potencialidades nos domínios da pecuária e da exploração florestal. Aqui, os empresários terão reuniões de trabalho com responsáveis das estruturas associativas locais e um encontro com

o governador da região.

O dia 8 será dedicado a contactos em Luanda, com a Câmara do Comércio e Indústria, o Gabinete de Investimento Estrangeiro, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria e o Gabinete de Redimensionamento Empresarial. Os empresários portugueses assistirão ainda a um seminário sobre o sector financeiro nacional, da responsabilidade do Banco Poupansa e Crédito. A noite, está agendado um jantar com o ministro da Indústria, no Clube de Empresários, e vinte representantes de empresas, organismos do Estado e associações de empresários. O penúltimo dia da missão da ACIB é dedicado a uma visita guiada à reserva de caça Quiçama, com almoço na Barra do Kuanza.

O presidente da ACIB, Miguel Gomes, disse ao PÚBLICO que esta missão se “insere no objectivo de dar oportunidade aos empresários do Baixo Cávado de alargarem as suas perspectivas de investimento”. “Angola está a mudar e necessita que se cumpram de uma forma pragmática os velhos laços de profunda identidade cultural e sócio-económica que unem os dois povos.” ■ F.F.

MILITARES ANGOLANOS VISITARAM O NORTE — Uma delegação militar angolana, formada por quatro oficiais do Governo de Luanda e três da UNITA, visitou ontem a Região Militar do Norte (RMN), com o objectivo de se informar sobre a organização territorial das Forças Armadas portuguesas. Os sete militares fazem parte da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Angola (CCFA), entidade que tem por missão criar uma nova estrutura militar angolana e da qual fazem parte ainda Inglaterra, França e Portugal. Os oficiais angolanos começaram por visitar o quartel-general da RMN, no Porto, seguiram, depois, para o Regimento de Artilharia da Serra do Pilar, em Gaia, e concluíram a sua jornada no Norte do País em Guimarães, onde prestaram uma homenagem ao fundador da nacionalidade. A deslocação a esta cidade serviu para "homenagear o patrono das Forças Armadas Portuguesas, D. Afonso Henriques", explicou o major-general Francisco Lopes Carneiro, chefe da delegação do Governo angolano. A reorganização das Forças Armadas angolanas constitui uma das mais delicadas tarefas de Angola, na sequência dos acordos de paz celebrados no ano passado, no Estoril. Segundo o tenente-coronel Jorge Bancelar, que faz parte da missão portuguesa na CCFA, o grande problema reside, no entanto, na "construção e reconstrução de instalações militares". Em termos de organização territorial, as Forças Armadas de Angola vão adoptar um modelo semelhante ao das regiões militares portuguesas.

PÚBLICO DOMINGO 7 MARÇO 1982

AIP vai discutir estratégias para Angola

PÚBLICO QUARTA-FEIRA 26 FEVEREIRO 1982

AS PRINCIPAIS estratégias de desenvolvimento económico para Angola vão estar em debate na Associação Industrial Portuguesa (AIP) no próximo dia 12 de Maio. Organizado pelo Centro de Competência Técnica (Coprai) da AIP, o encontro, designado por mesa-redonda, deverá contar com a presença de representantes das principais forças políticas angolanas, MPLA, UNITA, FNLA, PRD e FDP, referiu ao PÚBLICO Carvalho Pereira, director do departamento de relações internacionais da Coprai.

Segundo este responsável, o objectivo da mesa-redonda é elucidar os empresários nacionais quanto ao papel do empresário privado e dos investidores estrangeiros naquele país africano.

Por outro lado, devem ser abordadas questões como a lei cambial, a lei das terras, a regulamentação do investimento estrangeiro e o processo de privatizações. Para Carvalho Pereira, com este encontro, o "investidor português ficará com um quadro mais balizado da actividade em Angola".

Dos contactos até agora

efectuados com as forças políticas angolanas, Carvalho Pereira retirou a conclusão de que as cinco convidadas "demonstraram grande vontade de promover o relacionamento" económico com empresários portugueses.

O director da Coprai considera também que o encontro é "muito" importante, uma vez que permitirá aos potenciais interessados ficar a saber com que cenários poderão deparar após as eleições em Angola.

Carvalho Pereira considera que o "investimento português em Angola vai depender da produção de legislação complementar que regulamente de forma clara a maneira como vai ser conduzida a política económica", e muito particularmente as privatizações, e do ambiente geral de desenvolvimento do sector privado.

A mesa-redonda terá duas partes distintas. Da parte da manhã, as forças políticas apresentarão os seus programas de desenvolvimento económico e também político, enquanto de tarde os participantes poderão esclarecer todas as dúvidas que tenham. ■ J.S.

PÚBLICO SEXTA-FEIRA 8 MARÇO 1982

Estado-Maior da Armada visitado por delegação angolana

O ESTADO-MAIOR da Armada foi ontem visitado pela delegação da Comissão para a criação das Forças Armadas Angolanas, que se encontra em Portugal desde segunda-feira. Chefiada pelo representante do Governo de Luanda, general Lopes Carneiro, e pelo representante da Unita, brigadeiro Joaquim Makimba, a delegação passou-se depois no Tejo a bordo da lancha rápida Argus. ■

Paz em Angola discutida em Lisboa

QUARTA-FEIRA 26 FEVEREIRO 1982

"A COOPERAÇÃO para a paz, desenvolvimento e democracia em Angola" é o tema do seminário internacional promovido pela organização não governamental OIKOS — Cooperação e Desenvolvimento, que se realiza amanhã e depois no Palácio de São Bento, em Lisboa. Nos debates estarão presentes: Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Manuel Marin, um dos vice-presidentes da Comissão Europeia. Os debates incidirão em temas como a "Transição para a Sociedade Pluralista", a "Reconstrução e Desenvolvimento em Angola", "Que Papel para a África do Sul Democrática". ■

"Loy" "versus" CE

PÚBLICO SÁBADO 7 MARÇO 1982

O MINISTRO angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dunem, "Loy", afirmou ontem ao PÚBLICO, em São Tomé, que a ajuda da Comunidade Europeia aos países africanos de língua oficial portuguesa constitui uma "ratoeira", visando perpetuar "a sua dependência em relação aos ocidentais". "Loy", um dos participantes na reunião ministerial que precede a cimeira dos PALOP, a realizar dias 9 e 10, considerou que os 25 milhões de ecus há pouco concedidos aos "Cinco" não "correspondem minimamente" às necessidades dos mesmos, mas que se verá como é que poderão ser aproveitados. ■

PÚBLICO QUINTA-FEIRA 27 FEVEREIRO 1982

Conversações Governo-UNITA

O GOVERNO angolano e a UNITA reataram ontem a maratona de conversações sobre a matéria legislativa para o período de transição, num diálogo que em princípio deveria demorar uma semana e que vai já em 23 dias. Em causa estão, entre outros temas, a lei eleitoral e a lei do exercício da radiodifusão (ver entrevista na página 19). A UNITA, que tem duas emisoras a funcionar, uma na Jamba e outra em Luanda, entende que a lei não deve interditar a existência de rádios propriedade de partidos políticos. Entretanto, as duas delegações à Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) deslocaram-se ontem à província de Malanje, a fim de tratarem do acantonamento das tropas, da extensão da administração central e da neutralidade da actividade da polícia. ■

Fazendas em Angola: preferência para ex-proprietários

PÚBLICO 27 FEVEREIRO 1982

OS ANTIGOS PROPRIETÁRIOS de fazendas de café em Angola terão direito de preferência caso concorram à reacquisição daquelas propriedades, referiram ontem num encontro em Lisboa, dois técnicos da secretaria de Estado do Café de Angola, que estão em Portugal a convite do Instituto para a Cooperação Económica (ICE). Os esclarecimentos de António Russo e Orlando Pinhão acabaram por desiludir as expectativas alimentadas pelos ex-proprietários de poderem vir a aceder de novo às fazendas sem qualquer encargo, através da devolução por parte do Estado angolano. No entanto, os dois técnicos referiram que "quem se quiser lançar terá que partir do zero". A regra aplica-se a todos os ex-proprietários que se tenham ausentado do país por um período superior a 45 dias, enquanto os restantes têm um prazo de 90 dias para fazerem a prova dos seus direitos, estando nestes casos prevista a entrega das antigas propriedades. No plano de recuperação das fazendas de café, os dois técnicos referiram o interesse do Grupo Espírito Santo, anteriormente proprietário da Companhia Angolana de Agricultura, responsável pela maior parte da produção de café no país. Segundo afirmaram, o GES está a analisar os custos de recuperação de 20 mil hectares de que foi proprietário para, posteriormente, avançar uma proposta de aquisição. ■

Cifal em Angola

PÚBLICO DOMINGO 8 MARÇO 1982

O PROJECTO Cifal-Companhia Imobiliária e Financeira de Angola foi aprovado pelo Governo de Luanda. Este projecto, de que fazem parte a Mota & Companhia, o BPA, a Teixeira Duarte e a SLEI, tinha inicialmente previsto designar-se "Imobilía". O capital da Cifal é constituído maioritariamente por capitais portugueses, em que o BPA tem uma posição de 25 por cento, seguido da Mota & Companhia e da Teixeira Duarte, com 15 por cento cada, e da sociedade de empreendimentos imobiliários SLEI. Os restantes 40 por cento do capital estão repartidos pelo Banco Popular de Angola e por uma outra empresa daquele país. ■

Morte de escritor angolano

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 28 FEVEREIRO 1992

CARLOS ERVEDOSA, escritor, geólogo e historiador angolano, morreu na passada quinta-feira em Coimbra, com 60 anos, e foi ontem a enterrar em Sabrosa, Trás-os-Montes, terra de seu pai. Natural de Luanda, Carlos Ervedosa distinguiu-se sobretudo como estudioso e divulgador da literatura angolana, tendo publicado em 1972 um "Itinerário da Literatura Angolana" que ainda hoje é obra de referência.

Tendo pertencido à mesma geração de Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, responsável pelo movimento de renascimento cultural verificado em Angola a partir dos anos 50, Carlos Ervedosa formou-se em Geologia em Lisboa e era desde há anos professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real. Durante os anos cinquenta exerceu funções de direcção na Casa de Estudantes do Império (CEI), tendo sido responsável, juntamente com Costa Andrade (Ndunduma), pela Coleção de Autores Ultramarinos desta instituição.

Em Luanda, dirigiu durante vários anos a página de Artes & Letras do "Província de Angola", actual "Jornal de Angola", onde publicou originais de muitos autores angolanos hoje internacionalmente reconhecidos, incluindo personalidades perseguidas pelas suas ligações ao movimento nacionalista.

Pouco tempo após a independência, abandonou Angola, "desgostoso", segundo o professor Manuel Ferreira, seu amigo e editor, "com algumas situações que se viviam naquele período conturbado, não obstante ter permanecido sempre um homem de esquerda". Manuel Ferreira, que conheceu Carlos Ervedosa quando este era dirigente da CEI, disse ainda ao PÚBLICO, lamentar que o escritor angolano tenha morrido "tão novo, antes de ver mais amplamente reconhecida a sua importância no quadro das literaturas africanas".

O ano passado, Ervedosa publicou em Lisboa um volume de memórias, "Era no Tempo das Acácias Rubras", editado pela ALAC, onde retrata o universo da sua infância, na Luanda crioula que serviu também de cenário a vários livros de Luandino Vieira, e explica as razões do seu posterior exílio em Portugal. Em Luanda o livro esgotou rapidamente. ■ J.E.A.

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 6 MARÇO 1992

A UNITA PROCURA — A possível deserção de Nzau Puna e de Tony da Costa Fernandes, dois altos dirigentes da UNITA, continuava por esclarecer ontem à noite. Em Luanda, Salupeto Pena, representante do movimento na CCPM, disse que estavam a ser feitos contactos com "todas as pessoas susceptíveis de saberem onde ele [Nzau Puna] se encontra, tanto dentro como fora do país". Quanto a Costa Fernandes, disse que estaria em missão em Londres. "Estamos a apurar se ainda continua em missão ou se também terá 'desaparecido'". Uma fonte não oficial disse, entretanto à Lusa que Fernandes se encontra em Lisboa.

PÚBLICO SÁBADO, 7 MARÇO 1992

UNITA confirma dissidência

A UNITA confirmou a deserção de dois dos seus principais responsáveis, os generais Miguel Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes, ambos originários de Cabinda.

Um comunicado da Comissão Política, ontem distribuído em Luanda, informa que aqueles dois dirigentes "manifestaram o seu desejo de serem dispensados da UNITA para se dedicarem exclusivamente à busca de uma solução para a questão de Cabinda num quadro diferente do preconizado pela UNITA, tendo em consideração a ocupação militar maciça do território pelas tropas do Governo da RPA".

Em relação ao "desaparecimento" daqueles dois quadros, esclarece a direcção da UNITA que, "após o seu regresso de Cabinda, o general Miguel Nzau Puna juntou-se ao general Tony da Costa Fernandes que se encontrava na Europa em tratamento de saúde".

Noutro passo do comunicado, o movimento de Savimbi

esclarece que continuará a procurar "a via adequada e honrosa do problema de Cabinda", sem recurso à força das armas.

Luanda fervilha de especulações sobre estas deserções, que levantam de novo o delicado problema de Cabinda, que produz três quintos do petróleo angolano e ainda se mantém em guerra pela separação de Luanda.

A decisão de Nzau Puna e Costa Fernandes é interpretada de formas contraditórias. Algumas vezes dizem que eles se preparam para encabeçar o movimento "independentista de Cabinda, enquanto outras especulam que se poderia tratar de uma manobra da UNITA para assumir o controlo político daquela região. Os próprios termos excepcionalmente cordatos do comunicado da UNITA poderiam ser vistos como um argumento em favor desta opinião.

Também corre em certos meios de Luanda o rumor de que Costa Fernandes estaria

no Algarve, enquanto Nzau Puna estaria em Lisboa. [Uma fonte angolana em Lisboa afirma que Nzau Puna se encontra escondido, com a mulher e filhos, pretendendo de momento abster-se de qualquer actividade política].

Entretanto, algumas figuras recentemente referidas como prestes a abandonar a UNITA, desmentiram ontem tal intenção. O general Abílio Numa, em declaração à imprensa, disse querer "desfazer equívocos", explicando que a sua posição actual "é nas Forças Armadas" unificadas, do a entender que tal posição estaria acima da sua ligação partidária. Por sua vez, o capitão Sebastião Lameira explicou que foi transferido de Malanje para Luanda por motivos meramente organizativos e, quanto ao coronel Pilartes da Silva, a UNITA garante que foi simplesmente transferido para outras funções na província de Benguela. ■

Vitor Silva, em Luanda

Dissidentes acusam UNITA

O JORNAL Sexta-feira, 6 de Março de 1992

O Fórum Democrático Angolano (FDA) fez uma comunicação, em Luanda, em que se afirma que meia centena de pessoas foi massacrada, na segunda quinzena de Fevereiro, na Jamba. Segundo o relato da FDA, organização criada por dissidentes da UNITA, o incidente ocorreu quando civis e soldados tentaram tomar a estação de rádio «Vorgan», para fazer transmitir o anúncio do seu desejo de sair da Jamba. Uma fonte da UNITA negou veracidade à notícia.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 3 MARÇO 1992

ANGOLANOS — Uma missão da Comissão para a Criação das Forças Armadas Angolanas (CCFA) encontra-se esta semana em Portugal para uma visita a instalações militares em Lisboa e no Norte do país. Integrada no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), a delegação é chefiada pelo general Francisco Higinio Lopes Carneiro, pela parte do Governo, e pelo brigadeiro Joaquim Makimba, pela parte da UNITA. Depois da estada em Portugal, a missão prossegue em visitas similares a França e à Grã-Bretanha. ■

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 27 FEVEREIRO 1992

ANGOLA EM S. BENTO — Começa hoje, no Parlamento, uma conferência internacional sobre "Cooperação para a Paz, Desenvolvimento e Democracia de Angola"; um debate sobre Angola, com a presença de Lopo do Nascimento, ministro do Governo angolano, e Lúcio Lara, presidente da Assembleia do Povo; um painel sobre "Angola em transição para sociedade pluralista", onde, entre outros, participa Joaquim Pinto de Andrade; e ainda uma discussão sobre a reconstrução e o desenvolvimento do país são os pontos fortes da agenda de hoje. A conferência termina amanhã.

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE MARÇO DE 1992 Portugal recicla militares angolanos

Os Ministérios da Defesa e do Emprego vão enviar delegações a Angola, com o objectivo de traçarem um plano de reciclagem dos 100 mil militares angolanos considerados excedentários à luz dos acordos de paz entre o MPLA e a UNITA. De acordo com uma fonte do Ministério da Defesa, as missões de estudo resultam de um pedido formulado directamente a Portugal pelo ministro angolano do Trabalho, Diogo Jesus.

Angola

MPLA e UNITA namoram Igreja

QUANDO SE APROXIMAM, a passos largos, dois importantes acontecimentos nos planos político e religioso — visita do Papa, em Junho, e eleições gerais, em Setembro — percebe-se já a política de sedução dos principais partidos políticos angolanos em relação à hierarquia católica que, por sua vez, tenta gerir as distâncias no sentido de delas retirar algumas vantagens.

Sinais claros vêm de todos os lados. "A Igreja Católica esteve na vanguarda em denunciar os males" e tomou uma posição "muito corajosa", diz o presidente da UNITA, Jonas Savimbi em entrevista concedida ao último número do jornal "Acção Missionária", dos Missionários do Espírito Santo.

Em declarações prestadas a um colaborador do jornal, no Huambo, Savimbi considera que a Igreja, "nas condições em que se encontrava", foi "mesmo muito corajosa". O líder da UNITA considera também que a guerra civil que opôs o seu partido ao MPLA "podia ter sido evitada". "Fomos culpados por esta guerra atroz, em que os direitos humanos foram violados em ambas as partes", reconhece.

Em relação ao futuro, Savimbi também adianta que, "se ganhar as eleições", não vai interferir "em nada na vida da Igreja". Mas não se fica por aí, declarando que a Igreja, "em Angola, tem uma outra vocação: o ensino, a saúde, a preparação dos quadros", para o que devia "receber todo o apoio que o Governo pudesse dar".

A entrevista de Savimbi a este jornal missionário publicado em Lisboa segue-se a uma outra dada pelo actual Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, à edição portuguesa da "Família Cristã". No número de Janeiro da revista, o chefe de Estado angolano reconhecia a "força moral" da Igreja e dizia que ela poderá contribuir "para a definitiva pacificação dos espíritos, o desenvolvimento do civismo e da solidariedade social e também para o respeito renovado pelo trabalho e pela vida humana".

O próprio José Eduardo dos Santos fizera baptizar, no final do ano, na Igreja da Sagrada Família, em Luanda, o seu filho Eduane Danilo, no que muitos não deixaram de ver uma tentativa de aproximação do actual

Presidente ao catolicismo dominante no país.

Já esta semana, domingo passado, a Televisão Popular de Angola (TPA) começou a transmitir a missa dominical, decisão considerada "louvável" pela Igreja, com cuja hierarquia a TPA teve que se entender para dar forma à ideia.

Observadores notam que a tentativa de "colagem" dos dois partidos dominantes ao catolicismo deriva da época eleitoral que se aproxima. Trata-se, pode dizer-se, de uma atitude pragmática, tendo em conta a força importante constituída pela Igreja angolana, e procurando aproveitar a força moral reivindicada pela Igreja e reconhecida por muitos. Nas últimas semanas, aliás, têm-se sucedido as visitas de líderes políticos a bispos católicos, sobretudo no sul do país, zona controlada pela UNITA.

No meio, a Igreja tenta gerir, em seu favor, o namoro que lhe é feito pelos dois partidos. A devolução dos edifícios que tinham sido nacionalizados logo depois da independência era um processo anterior à recente aproximação, assumido pelo MPLA. Mas a hierarquia católica — com o arcebispo de Luanda, cardeal Alexandre Nascimento, à cabeça, que sempre mostrou vocação para a intervenção política — pretende assumir um papel essencialmente de liderança moral.

Neste cenário, o papel de Joaquim Pinto de Andrade, antigo sacerdote e conhecido pela sua militância católica, seria diminuído em todo este processo, comentam os observadores. Se o PRD angolano pode vir a assumir-se, no período pós-eleitoral, como terceira força, há a possibilidade de "o voto da Igreja" se tender a inclinar para o lado da UNITA. Como comentava um padre católico bem colocado: "A Igreja sentiu mais o peso político do MPLA, mesmo com os raptos de religiosos que a UNITA tantas vezes fez." Além disso, é precisamente na zona de maior influência da UNITA — no centro e Sul — que o catolicismo é mais forte. Apesar de Jonas Savimbi, como é sabido, ser protestante. ■

António Marujo

Angola

ONU fiscaliza eleições

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, anunciou este fim-de-semana um aumento dos efectivos internacionais que irão fiscalizar a organização de eleições legislativas e presidenciais em Angola.

Aos 350 observadores militares, 90 polícias e mais algum pessoal de apoio que já se encontram no país, como integrantes da II Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II), junta-se agora uma divisão eleitoral, formada por uma centena de elementos de diversas nacionalidades.

O registo dos eleitores poderá começar em Abril e continuar até Julho ou Agosto, seguindo-se algumas semanas de campanha eleitoral e a ida às urnas, durante a segunda quinzena de Setembro.

Para o próprio acto eleitoral, Angola necessitará ainda de mais pessoal, de modo a serem formadas cerca de 200 equipas fiscalizadoras, de duas pessoas cada.

Uma centena desse pessoal extra para observação das eleições será dos diferentes organismos da ONU que já trabalham em Angola, igual quantidade irá do secretariado das Nações Unidas e um terceiro grupo será fornecido pelos estados membros da organização.

Butros-Ghali considerou que as suas propostas e os custos prováveis da execução das mesmas são muito modestos para a supervisão das primeiras eleições pluralistas que se efectuam em Angola, especialmente quando comparados com as despesas previstas para outras operações da ONU; designadamente, no Camboja, para onde vão seguir 22.000 "capacetes azuis".

O secretário-geral das Nações Unidas, que é egípcio, manifestou-se particularmente preocupado pelo atraso que se está a verificar no acantonamento das tropas angolanas (governamentais e da UNITA) em 48 zonas previamente determinadas.

Segundo ele, no dia 26 de Fevereiro a UNITA já tinha acantonado 93 por cento das suas forças, enquanto do lado governamental só estavam acantonadas 54 por cento.

Apesar de um programa das Nações Unidas para ajudar os soldados e as suas famílias nas zonas destinadas ao efeito, muitos fogem de lá devido à escassez de alimentos, à falta de condições de vida, ao atraso dos soldos e à ausência de um comando efectivo — disse Butros-Ghali, actualmente representado em Angola pela britânica Margaret Anstee. ■

Cabo Verde atrai chineses

O GOVERNO de Cabo Verde está a negociar com a firma americana de advogados Granch & John a concessão de nacionalidade a um número não determinado — entre 30 mil e 70 mil — de chineses originários de Hong-Kong, à razão de 1.500 dólares por cabeça, na perspectiva de lhes dar guarida ou passagem para terceiros países depois da transferência da soberania da colónia britânica para a República Popular da China, em 1997.

Este seria, segundo fontes contactadas pelo EXPRESSO, o pino de fundo da nova lei de nacionalidade aprovada na semana passada, que abre a cidadania a estrangeiros interessados em fazer grandes investimentos no país. O ministro cabo-verdiano da Justiça, Eurico Monteiro, confirmou tais informações, embora considere "exagerados" os números.

As negociações, até agora secretas, estão a ser conduzidas do lado cabo-verdiano pelo ex-embaixador em Washington, José Luís Fernandes, membro da direcção do PAICV, e só eram do conhecimento, no partido do Governo, de quatro personalidades: o primeiro-ministro e os ministros da Justiça, das Finanças e dos Estrangeiros. Preocupado com uma eventual quebra de sigilo que pudesse levar a questão a debate parlamentar na sessão do final de Fevereiro, o chefe do

Governo, Carlos Veiga, pôs também o líder da oposição, Pedro Pires, ao corrente. A oposição acabaria por votar a favor da nova lei e, implicitamente, a favor da operação Hong-Kong.

Em 1987/88, José Luís Fernandes protagonizara, aparentemente sem resultados, uma operação semelhante envolvendo um grupo de iranianos exilados nos EUA. Mas tratava-se de um grupo reduzido e dispunha de meios para um investimento efectivo, e não da abertura de Cabo Verde à concessão de uma espécie de abrandamento de conveniências.

O consenso alcançado com a operação Hong-Kong entre os dois pólos do sistema bipartidário cabo-verdiano pode indicar um clima político mais distendido, depois de vários encontros em que Governo e oposição discutiram as linhas-mestras da política nacional. Nem mesmo o facto de o banco central já ter pronta uma operação de troca de notas em que a sigla de Amílcar Cabral será substituída pela do escritor Baltasar Lopes parece afectar tal clima. Um alto dirigente do PAICV, que pediu anonimato, insistiu no carácter técnico de tal medida que, segundo ele, pode pretender camuflar a desvalorização da moeda exigida pelos investidores no sector do turismo.

Manuel Delgado

PAIGC marca eleições

O CONSELHO Nacional do PAIGC, o partido no Governo da Guiné-Bissau, propôs ontem a realização das primeiras eleições pluralistas no país: presidenciais em 15 de Novembro e legislativas em 13 de Dezembro. A decisão foi tomada após três dias de debates em que foram ainda analisadas a situação política e os preparativos para os dois sufrágios. Ambas as datas anunciadas vão contra as propostas da oposição que vinha defendendo a realização de eleições em Junho e pedido que as legislativas precedessem as presidenciais. O PAIGC nomeou entretanto um novo secretário-geral, Saturnino Costa, que substitui Vasco Cabral, e um novo secretário para as Relações Internacionais, Aristides Gomes, antigo director-geral da Televisão nacional. ■

“Democracia ka na maina”

“DEMOCRACIA KA na maina” (a Democracia não pode ser adiada) foi o grito forte que mais se ouviu ontem em Bissau, durante o primeiro comício conjunto da maior parte das forças da oposição.

Os partidos que se opõem à continuação do monopólio do poder pelo PAIGC venceram a primeira prova de rua e de unidade, reunindo durante quatro horas cerca de 10 mil pessoas numa manifestação convocada para condenar o sistema político em vigor e apelar à verdadeira instauração da democracia na Guiné-Bissau.

Uma autêntica festa popular, com grande participação da juventude e de bandas de música, marcou às nove horas o início da chamada Festa dos Democratas, no bairro do Alto Crim, orna-

mentado com dísticos a condenar a “democracia a conta gontas” e a exigir o fim da polícia política.

O Fórum — espaço de concertação de todos os partidos da oposição, criado a 22 de Janeiro pelo Partido da Convergência Democrática (PCD), a Resistência da Guiné-Bissau (Movimento Bafatá), a Frente Democrática Social (FDS) e o Partido Unido Social Democrata (PUSD) — conseguiu, desta feita, ultrapassar diferenças e contradições. E fez os democratas aparecerem na rua de mãos dadas, para afirmar que estão ávidos de democracia e dispostos a fazer frente ao PAIGC nas primeiras eleições pluralistas, que segundo o Presidente João Bernardo Vieira terão lugar ainda este ano.

O Governo e o regime instaurado há 18 anos foram alvo

de fortes ataques por parte dos diferentes intervenientes, que exigiram o fim do monopólio do partido de “Nino” Vieira, figura pela primeira vez publicamente posta em causa.

Árbitro e avançado centro

Numa alusão ao líder do PAIGC e Presidente da República, que tem reivindicado o estatuto de herói vivo da luta e de mentor dos ideais democráticos, o coordenador do PCD, Vitor Mandinga, disse que não se pode ser árbitro, fiscal de linha e avançado centro ao mesmo tempo. Para Mandinga, o processo de democratização não é sério, tendo exemplificado o caso da Assembleia Nacional, “manipulada pelo poder”.

Vitor Saúde Maria, presidente do PUSD, regozijou-se pela forte presença popular, para ele sinal claro da vitória iminente dos democratas sobre um “regime que reduziu o país à miséria e à dependência total”. O antigo primeiro-ministro fez vibrar a multidão quando lamentou o facto de a maioria dos guineenses só poder comer uma vez ao dia e de morrer nos hospitais por falta de tratamento: “Com democratas no poder esta situação não se irá verificar, porque em vez de carros de luxo e de enriquecimento ilícito vamos comprar medicamentos, melhorar os hospitais e desenvolver uma política social que defenda as classes desprivilegiadas”.

O antigo comandante de guerrilha Braima Dakar, da FDS, em nítida referência ao general João Bernardo Vieira,

repudiou o conceito de “líderes supremos” e de “super-homens”, dizendo que também esteve no mato a lutar e que nunca se apercebeu da existência de qualquer combatente especial: “Todos cumprimos a nossa obrigação, hoje ninguém pode ter direitos especiais”.

Helder Vaz Lopes, secretário-geral do Movimento Bafatá, preconizou o fim do PAIGC e propôs uma política racional que acabe com a fome e permita ao povo usufruir as riquezas da terra. Pediu o fim da polícia política e incitou os jovens a abandonar tal instituição, à qual imputou a responsabilidade de crimes contra “um povo ordeiro e pacífico”.

O Movimento Bafatá aproveitou o comício para propor a organização de uma Conferência Nacional que envolva todos os partidos democráticos e as forças vivas do país.

A pouco mais de 500 metros, na sede do PAIGC, decorria uma reunião do Conselho Nacional do partido fundado por Amílcar Cabral. ■

José Artur Silva, em Bissau

Parlamentarismo vence

O PRIMEIRO-MINISTRO Carlos Veiga afirmou ontem que o “parlamentarismo mitigado” é o melhor sistema para Cabo Verde, a exemplo do que — disse — é defendido para Portugal no novo programa político do Partido Social Democrata.

Carlos Veiga, advogado, referia-se na ocasião, em conferência de imprensa, ao projecto constitucional aprovado durante o fim-de-semana pela direcção nacional do Movimento para a Democracia (MPD), que há 13 meses governa o país, depois de vencer as primeiras eleições pluralistas que ali se efectuaram.

“Vamos procurar convencer que a nossa posição é a melhor” — declarou o primeiro-ministro, segundo o qual o projecto constitucional a submeter dentro de dias a debate público reflecte o programa sufragado nas eleições legislativas de Janeiro do ano passado.

A aprovação da nova lei constitucional, provavelmente em Maio, tem dividido a opinião pública cabo-verdiana, uma vez que o Presidente António Mascarenhas Monteiro, jurista, se manifestou contra a limitação dos poderes presidenciais, prevista no projecto constitucional do MPD.

“Temos mais do que a maioria suficiente para fazer

aprovar a nossa Constituição” — afirmou o primeiro-ministro, que negou porém qualquer intenção de declarar guerra ao Presidente da República.

Por outro lado, a direcção nacional do MPD, que se reúne duas vezes por ano, decidiu efectuar entre Setembro e Novembro uma Convenção extraordinária, adiando para essa altura a tomada de posição sobre se o partido deverá ou não candidatar-se a uma das famílias políticas internacionais.

Ainda segundo Carlos Veiga, o seu Governo entregou já à justiça diversos inquéritos referentes a procedimentos ilícitos da anterior administração, como teriam sido o financiamento do antigo “África Jornal”, de Lisboa, e a compra de dois aviões “Brasília”.

O primeiro-ministro apareceu na conferência de imprensa rodeado por quase todos os membros da direcção nacional do seu partido e desmentiu rumores sobre eventuais divisões internas: “Estamos todos no mesmo barco. E fortemente”.

Entretanto, decorreu o segundo congresso da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, tendo estado entre os convidados estrangeiros representantes da CGTP e da UGT, de Portugal. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

EXPRESSO

7 DE MARÇO DE 1992

Fórum Democrático manifesta-se hoje em Bissau

A MANIFESTAÇÃO do Fórum Democrático proibida em Bissau durante o período do Carnaval foi finalmente autorizada para hoje, disse ao EXPRESSO Hélder Proença, secretário para as Relações Exteriores do PAIGC.

Proença confirmou que várias pessoas foram presas e espancadas na semana passada, mas garantiu que foram tomadas medidas para prevenir «actuações tão lamentáveis» das forças de segurança. Proença não confirmou po-

rém os rumores de que poderiam ser demitidos e punidos altos responsáveis dessas forças.

Hélder Proença, de 34 anos, é um dos principais protagonistas das conversações bilaterais, desde 15 de Fevereiro, com as formações emergentes, em que um novo posicionamento constitucional das forças armadas e de segurança é ponto fulcral. Outro é a data das primeiras eleições multipartidárias, que o PAIGC defende que sejam as presi-

denciais e se efectuem em Novembro.

Segundo esse dirigente do PAIGC, o Governo de «Nino» Vieira não autorizou a manifestação da semana passada por coincidir com o período do Carnaval, festividade que goza em Bissau de grande favor popular, e temer incidentes incontroláveis.

Proença disse ainda que as conversações para fazer frente a uma das principais preocupações do Governo de Bissau — a suspensão dos créditos do Ban-

co Mundial — estão a ser conduzidas pelo ministro Manuel dos Santos, que conservou a sua pasta apesar de ter assinado a Carta dos 121, em que militantes do PAIGC contestavam a condução do processo de abertura política. Este grupo estaria hoje reduzido a uns 30 elementos, tendo à sua frente os ex-secretários de Estado da Informação e da Educação, Ângelo Regala e Manuel Rambaud.

M.D.

“Nem Frelimo nem Renamo”

António Marujo

Estamos diante de uma falsa vontade de paz por parte da Renamo e da Frelimo, nomes que serão tidos como malditos quando se ensinar a história do actual período da vida de Moçambique. Palavras — duras — dos Missionários Combonianos, para quem também a hierarquia católica está a ficar desacreditada pelo insucesso das conversações de paz, em Roma.

Milhares de pessoas em debandada de Corrane, a 60 quilómetros de Nampula, nos dias 16 e 17 de Fevereiro. “Agora, em toda a área de Corrane não há gente, a Renamo e o exército regular podem levar para a frente as suas inúteis operações de guerra, cada um no seu lado, declarando vitória em nome do povo”.

Sempre neste tom, carregado de uma ironia trágica, os Missionários Combonianos que

trabalham em Moçambique denunciam aquilo que consideram “uma falsa vontade de paz” da parte dos dois protagonistas da guerra civil moçambicana e das conversações que parece não terem fim.

Num comunicado datado da semana passada, aquela congregação missionária faz o rol das últimas atrocidades contra a população civil: mais de trinta pessoas massacradas, pela Renamo, em Momba, Nampula, no início de Fevereiro; afluxo permanente e contínuo de refugiados; ataques indiscriminados contra as populações civis. Já depois de escrito o texto, segundo soube o PÚBLICO, registaram-se novos ataques da Renamo na zona sul do país — no Maputo e em Inhambane — que provocaram diversos mortos.

Cansados da guerra e cansados de palavras, os religiosos perguntam: “De que conversam em Roma? Dos direitos constitucionais? Da Lei Eleitoral? E em nome e por amor deste povo que a Frelimo e a Renamo se encontram em Roma? A gente diz que não, que do povo não se interessam”. E o povo moçambicano, na expressão dos combonianos, “é do parecer que que nenhum dos dois, nem Frelimo nem Renamo tem o direito

de o representar, que estes nomes serão tidos como malditos quando aos seus filhos for ensinada a história deste período”. Mais: “O povo já sentencia que nem Frelimo nem Renamo têm o direito de governar este país”.

Até à África do Sul

A actualidade do comunicado dos combonianos foi confirmada, ainda na passada sexta-feira, com a notícia de que refugiados moçambicanos teriam sido espancados e alvejados por militares sul-africanos. Citado pela Lusa, o padre Jean Le Scour, secretário da comissão dos bispos católicos para os refugiados, disse ter visto muitas pessoas vítimas daquelas agressões no Hospital de Shongwe, na zona de Kangwane.

Le Scour falava no fim de uma reunião com funcionários governamentais, durante a qual a comissão católica pediu a concessão do estatuto de refugiados aos moçambicanos — que, segundo as estimativas, devem ser cerca de 250 mil, considerados como estrangeiros ilegais e, por isso, sujeitos também à exploração laboral.

Apesar de todas estas movimentações, os Missionários Combonianos pensam que “o

atraso das conversações está a fazer mais uma vítima: a Igreja Católica, desacreditada” pelo insucesso negocial “e por uma campanha enganadora levada a cabo pelo partido Frelimo, onde a ideologia anti-religiosa ainda não morreu”. Apesar da moderação da afirmação, ela pode ler-se como reflexo de um certo mal-estar em relação ao que muitos consideram um excessivo silêncio da hierarquia católica do país diante dos dois adversários, depois de, no passado, ter produzido vigorosos documentos contra a guerra civil. Chamados para intermediários entre a Frelimo e a Renamo, os responsáveis da Igreja passaram a falar com optimismo do futuro do país.

“Pedimos que se passe quanto antes ao cessar-fogo efectivo”, pedem os Missionários Combonianos — que, já em Março de 1974, depois de escreverem um texto intitulado “Imperativo de Consciência”, viram o Governo português de Marcelo Caetano decidir expulsá-los de Moçambique. Criação de condições para o regresso dos milhões de refugiados, retorno do exército aos quartéis, e integração dos combatentes da Renamo numa “vida mais humana”, são os outros desejos dos missionários. Para um saco roto? ■

Moçambique

O JORNAL Sexta-feira, 6 de Março de 1992

Tudo se evapora

Os países que prestam auxílio a Maputo estão indignados com a corrupção e a inoperância

Michael Wang
Maputo

Os dois movimentos que se digladiam em Moçambique, a Frelimo, no poder, e os rebeldes da Renamo, dão mostras de estar a endurecer as suas posições em relação ao cessar-fogo.

Há dois meses, muitos comentadores pensavam que a guerra civil de Moçambique, que dura já há doze anos e é uma das mais prolongadas de África, estava prestes a terminar. A Frelimo e a Renamo tinham assinado protocolos em Roma, reconhecendo o direito mútuo à existência e concordando nos aspectos básicos de uma campanha eleitoral. Mas o clima de boa vontade parece ter-se evaporado.

A Renamo não aparenta estar com pressa de assinar um acordo de paz. Em Roma, as conversações aproximam-se

do fim do seu segundo ano. E não há grandes esperanças de que possa ser assinado brevemente um terceiro protocolo, relativo ao processo eleitoral e à presença de observadores estrangeiros.

A maioria dos observadores atribuem à Renamo as culpas desta demora, dizendo que o movimento pretende desestabilizar ainda mais um governo em crise e conquistar as boas graças do eleitorado.

A guerra, que, de acordo com alguns organismos internacionais, já causou a morte de um milhão de pessoas, nos combates ou devido às fomes, e a deslocação de talvez um quarto dos 16 milhões de habitantes do país, continua a flagelar o país com a mesma violência. Alguns observadores pensam mesmo que a Renamo está a iniciar uma nova ofensiva.

Os cerca de 25 mil combatentes da Renamo foram encorajados pelo assassinato recente de Manuel António, dirigente místico de uma milícia camponesa pró-governamental, e pela desmoralização do Exército da Frelimo, que não recebe o soldo há três meses.

«É verdade que estamos atrasados no pagamento dos salários das Forças Armadas», reconheceu o presidente moçambicano, Joaquim Chissano. «Mas é um problema técnico que está a ser resolvido.»

Chissano, decidido a não perder mais terreno para a Renamo, aumentou, recentemente, em 12 por cento o orçamento da Defesa.

Controvérsia sobre Constituição

Numa tentativa para acelerar o processo das negociações, o subsecretário de Estado dos EUA para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, encontrou-se, em Fevereiro, com Chissano e com o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, no Malawi. Pensou-se que teria incitado os dois dirigentes a adiarem a resolução da questão mais controversa do acordo, ou seja, as alterações a fazer à Constituição de Moçambique.

O presidente Chissano está assoberbado de problemas, pois tem, também, de fazer face às queixas dos países da-

dores que contribuíram, no ano passado, com mais de 12,5 milhões de contos para a economia moribunda de Moçambique. Esses países estão indignados com a corrupção e com a inoperância das medidas governamentais destinadas a combatê-la.

A Agência Internacional de Desenvolvimento sueca já teria ameaçado cortar a ajuda a Moçambique, se o problema dos roubos não for resolvido. Os roubos, no porto de Maputo, são o grande problema.

A seca que grassa na África Austral está a agravar os problemas de Moçambique. O Norte do país, uma região fértil, foi pouco afectada pela seca. Mas a falta de transportes e a guerra tornaram quase impossível o transporte dos produtos alimentares no interior do país.

«Prevedemos que haja motins provocados pela fome, antes do fim do ano», disse Peter Simkin, representante do programa de desenvolvimento das Nações Unidas em Moçambique.

© «The Guardian» / «O Jornal»

MOÇAMBIQUE ESPERA — Após as declarações prudentes mas optimistas do Bispo da Beira à Rádio Renascença, admitindo "para breve" a passagem à fase decisiva das negociações de paz de Moçambique — a discussão do cessar fogo — o representante do Governo de Maputo, Armando Guebuza, disse à Lusa que "a situação continua a ser a mesma", havendo ainda "frases e pequenas questões a acertar". Um membro da delegação da Renamo disse que as negociações correm "a bom ritmo". Mas a presença em Roma de observadores internacionais, entre eles o português António Sennfeldt, representante de Durão Barroso, é considerada por meios diplomáticos um indicio de que pode haver progressos "a breve prazo". Entretanto, na cidade da Beira, um milhar de pessoas, na maioria mulheres e crianças, manifestou-se ontem contra os ataques da Renamo a bairros da periferia da cidade e contra a falta de protecção pelo Exército.

PÚBLICO DOMINGO, 8 MARÇO 1992

FREIRA PORTUGUESA ASSASSINADA EM MOÇAMBIQUE — A freira portuguesa Maria de Lurdes Granado, de 38 anos, foi assassinada na quinta-feira, alegadamente por guerrilheiros da Renamo, quando seguia de carro com mais duas missionárias, uma das quais ficou gravemente ferida, na estrada de Namaacha para Maputo, soube o PÚBLICO de fonte eclesiástica. Maria de Lurdes Granado foi queimada dentro do automóvel em que seguia, ao mesmo tempo que as suas companheiras fugiam. Natural de Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo, a freira Granado trabalhava em Moçambique desde Novembro de 1984, no seio da Congregação das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue. ■

EXPRESSO 7 DE MARÇO DE 1992

De Klerk consegue acordo

David Beresford em JOANESBURGO

O GOVERNO sul-africano e os partidos representativos da maioria negra firmaram quinta-feira um acordo sobre a formação de um Governo interino e multipartidário de transição, que deverá entrar em funções antes do fim do ano, caso Frederik De Klerk vença o referendo de 17 de Março.

Na véspera, Gertie Van Heerden, de 72 anos, esperava nos portões de um lar de idosos, situado perto de Joanesburgo, pelo seu herói, o Presidente da África do Sul, F.W. De Klerk. Empunhava um cartaz onde se lia «Sim a De Klerk», mostrando-se determinada em votar a favor do sufrágio universal no próximo referendo. Mas, quanto a ser governada por um presidente negro exclama: «De modo algum! Não enquanto for viva!»

Horas antes, o embaixador sul-africano em Washington, Piet Koorhof, previra — apoiado pela maioria dos observadores políticos na África do Sul — que o país teria o seu primeiro Presidente negro num prazo máximo de dois anos.

(Continuação de 11.ª página)

Se a senhora Van Heerden continua a viver num mundo irreal, não está sozinha. Poucos serão os democratas que não defendem a vitória do Presidente no referendo do próximo dia 17 de Março. É óbvio para todos que esta é a única forma de aliviar as tensões explosivas acumuladas ao longo dos anos entre as comunidades raciais. Mas é perturbante o salto no vazio que a população branca parece disposta a dar para apoiar a causa de De Klerk.

Muitos políticos, que antes se

agora unidos a favor do «sim»; homens de negócios, que recusavam qualquer identificação com o processo político, fazem hoje apelos frenéticos ao «sim»; os jornais dão grande cobertura a todas as declarações sombrias sobre as consequências que teria uma derrota de De Klerk, ao mesmo tempo que gente célebre de diversos sectores apoia publicamente o Presidente.

Campanha por De Klerk

As agências de publicidade encarregadas da campanha não escondem que

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 9 MARÇO 1992

Crocodilos à solta — CROCODILOS EVADIDOS de uma criação em cativeiro na província moçambicana de Manica estão a causar alarme entre a população do posto administrativo de Messica, onde já causaram oito vítimas mortais desde Janeiro. Segundo uma fonte da administração local, que tem recebido queixas por parte da população, pelo menos 15 grandes répteis terão fugido para os rios Zobue e Messica por falta de alimentação no viveiro. Os crocodilos, além de terem causado a morte a oito pessoas, têm dizimado cães, cabritos e porcos que imprevidentemente se chegaram às margens dos dois rios. Os animais pertenciam a uma empresa que se dedica à reprodução de crocodilos em cativeiro. A criação de crocodilos em recintos fechados para produção de peles é uma actividade introduzida há alguns anos em Moçambique por investidores estrangeiros, existindo no país diversos projectos do género tidos como viáveis. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 3 MARÇO 1992

Surto de cólera em Moçambique

O distrito de Tchokwe, na província de Gaza, em Moçambique, registou nos últimos dias 50 casos de cólera confirmados com dois mortos, anunciou ontem uma fonte do Ministério da Saúde. As autoridades já reforçaram os dispositivos técnicos de combate à epidemia e estão a sensibilizar a população para a observância das normas preventivas de contágio pela doença. O Ministério da Saúde calcula que o surto de cólera em Tchokwe tenha sido provocado pela transmissão do vírus através do peixe proveniente da zona de Chibuto, na mesma província, onde em Janeiro foram detectados os primeiros casos, noticia a Lusa. A cólera já causou este ano seis vítimas mortais na cidade da Beira e outras tantas em Manhica, um distrito interior da província de Maputo, segundo foi noticiado há dias pelas autoridades médicas moçambicanas. A epidemia da cólera tem um carácter endémico em Moçambique, ressurgindo todos os anos com relativa gravidade, entre Janeiro e Abril, os meses das chuvas. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 3 MARÇO 1992

Rosa Mota venceu e África do Sul foi reconhecida

A ATLETA PORTUGUESA Rosa Mota venceu ontem a 13.ª meia maratona feminina de Matsue, no Japão, com uma vantagem de 1m38s sobre a segunda classificada. Rosa Mota, campeã olímpica da maratona, fez o percurso de 21,09 km em 1h12.09. Entretanto, a Federação Internacional de Atletismo Amador (IAAF) decidiu na sua reunião de sábado, em Lausana, na Suíça, confirmar a readmissão da África do Sul como membro efectivo, o que vai permitir aos atletas deste país participar nos Jogos Olímpicos de Barcelona, quebrando um vazio de 21 anos. ■

ÁFRICA DO SUL CONFIRMADA? — Os atletas sul-africanos deverão receber no próximo mês de Abril a notícia de que poderão competir nos Jogos Olímpicos de Barcelona, revelou um representante da Federação Internacional de Atletismo Amador (IAAF). Segundo a mesma fonte, que pediu anonimato, o presidente da IAAF, Primo Nebiolo, deslocar-se-á à África do Sul em Abril para confirmar que a federação local é já considerada membro de pleno direito. A África do Sul não compete nos Jogos Olímpicos desde a edição de 1960, em Roma. ■

Salto no escuro na África do Sul

(Continuação de 11.ª página)

Se a senhora Van Heerden continua a viver num mundo irreal, não está sozinha. Poucos serão os democratas que não defendem a vitória do Presidente no referendo do próximo dia 17 de Março. É óbvio para todos que esta é a única forma de aliviar as tensões explosivas acumuladas ao longo dos anos entre as comunidades raciais. Mas é perturbante o salto no vazio que a população branca parece disposta a dar para apoiar a causa de De Klerk.

Muitos políticos, que antes se

agora unidos a favor do «sim»; homens de negócios, que recusavam qualquer identificação com o processo político, fazem hoje apelos frenéticos ao «sim»; os jornais dão grande cobertura a todas as declarações sombrias sobre as consequências que teria uma derrota de De Klerk, ao mesmo tempo que gente célebre de diversos sectores apoia publicamente o Presidente.

Campanha por De Klerk

As agências de publicidade encarregadas da campanha não escondem que

agência de publicidade britânica a quem é atribuído o mérito pela manutenção de Margaret Thatcher no poder durante tanto tempo tem feito anúncios de página inteira na imprensa, com profecias que se abeiraram do sensacionalismo, caso os brancosousem opor-se a De Klerk: «Ruína da nossa economia, moderados virando extremistas, espiral de violência, fábricas e escritórios, subúrbios e escolas, caos total...», são alguns dos «slogans» mais usados.

Quando nos partidos políticos, o Nacionalista, de De Klerk, parece ser

pelo Presidente tem sido recebida com entusiasmo, estando projectada uma deslocação às quatro províncias nos próximos dez dias.

O Governo não se poupa a esforços para levar os brancos às urnas e conquistar o seu apoio às reformas do Presidente.

Segundo sondagens recentes, o referendo terá o resultado desejado pelo Governo. A mais recente previsão, da Faculdade de Matemática da Universidade de Potchefstroom, onde o Presidente estudou, estima que 62 por cento dos brancos votarão favoravelmente.

De Klerk pede 'mandato claro'

NO PRÓXIMO dia 17 de Março, a minoria branca da África do Sul deslocar-se-á às urnas para responder "Sim" ou "Não" à pergunta: "Apoia a continuação do processo de reformas que o Presidente iniciou no dia 2 de Fevereiro de 1990, e cujo objectivo é a elaboração de uma nova Constituição através de negociações?"

Foi o próprio Presidente Frederik De Klerk quem anunciou ontem oficialmente, em conferência de Imprensa, a data e a pergunta a responder no referendo. E pediu ao eleitorado branco que lhe desse "um mandato claro e sem ambiguidades" para que possa negociar com a maioria negra "acordos políticos vinculativos".

A forma da pergunta e o do referendo foram dispostos entre De Klerk e Andreas Treurnicht, dirigente do Partido Conservador (PC), principal movimento de oposição no seio da comunidade branca, mas Treurnicht recusou-se a revelar se pretende ou não boicotar a iniciativa.

"O facto do referendo se destinar apenas a brancos não deve ser visto como uma exclusão de outros grupos nem como uma tentativa de um veto branco. Estamos a lidar com divergências entre os brancos que têm que ser resolvidas de uma vez por todas", afirmou ontem De Klerk, que tinha anteriormente afirmado que se demi-

tirá e convocará eleições para brancos caso seja derrotado no referendo.

Os conservadores boicotaram desde o início as conversações iniciadas entre o Partido Nacional de De Klerk e os movimentos negros, nomeadamente o Congresso Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela. O Presidente decidiu realizar um referendo para resolver esta questão depois de, na passada quinta-feira, o seu partido ter perdido em favor do PC uma eleição legislativa parcial para brancos.

Apercebendo-se de que o apoio dos seus eleitores começa a diminuir substancialmente, De Klerk resolveu dar aos três milhões de brancos a possibilidade de escolher de uma vez por todas entre a política de negociações com os negros defendida pelo PN e a política pró-apartheid dos conservadores. Por isso, no seu discurso de ontem, o chefe de Estado pediu aos eleitores um mandato "claro e sem ambiguidades".

ANC tranquiliza

O ANC aproveitou o dia de ontem para apresentar propostas para a transição para uma democracia não-racial na África do Sul, com o objectivo de tranquilizar a minoria branca. O plano do ANC, muito semelhante ao apresentado pelo Governo de De Klerk, prevê que a nova Constituição

seja elaborada por uma maioria de dois terços na assembleia constituinte.

O responsável pelas questões internacionais do ANC, Thabo Mbeki, explicou que o seu movimento defende a formação de um conselho governamental interino formado pelos 19 partidos que participam actualmente nas negociações constitucionais. Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).

Poderes alargados

Este conselho supervisionaria as forças de segurança, enquanto outros departamentos chave do Governo continuariam temporariamente a ser geridos pelos seus actuais responsáveis. Seria também criada uma comissão eleitoral neutral.

"Aceitamos a necessidade de uma continuidade a nível governamental, mas o conselho terá poderes alargados, incluindo o direito de afastar ministros se estes constituírem um obstáculo ao processo", frisou Mbeki. O ANC apelará ao levantamento das sanções internacionais contra a África do Sul assim que este Governo interino estiver em funções.

Durante a sessão de ontem da Codesa, o ANC propôs que o período de transição para uma "democracia completa" não ultrapasse os quinze meses, no que parece ser uma aceleração do processo.

Africa do Sul O JORNAL Terça-feira, 6 de Março de 1992

Os fantasmas de Beirute

Embora não participe, a maioria negra segue, com todo o interesse, a campanha para o referendo decisivo

Ferreira Sebastião
Johannesburgo

Amúncios de página inteira começaram a aparecer nos grandes jornais diários do país, apelando, de forma directa e muito incisiva ao voto no "Yes", isto é, no apoio incondicional à continuação das reformas políticas empreendidas por De Klerk. de há dois anos a esta parte.

"Sim" ou "Não" — eis a (grande) questão para os sul-africanos brancos. O referendo de 17 de Março, destinado a cerca de três milhões e meio de eleitores, irá determinar, de uma vez por todas, o futuro do país.

Os nacionalistas jogam forte nesta campanha eleitoral. Apoiados moralmente do exterior, concretamente pelos norte-americanos e a Comunidade Europeia, os partidários de De Klerk avisam o eleitorado, nos espaços publicitários, dos «perigos que representará o voto nos conservadores».

Um dos anúncios publicados pelo Partido Nacional, na imprensa de todo o país, apresenta um texto que assusta o homem da rua: «Um voto no "Não" atirará a África do Sul para o caos e para uma guerra ao estilo de Beirute.»

Dizem os nacionalistas que se o eleitor votar nos conservadores «ajudará a colocar em perigo a sua vida, dos seus filhos e amigos, ao mesmo tempo que provocará a fúria dos negros em relação a cada branco».

Enquanto os conservadores ainda não apareceram, mantendo um intrigante silêncio, (anunciando, apenas, em Pretória, «uma mais forte aliança com a extrema-direita para o voto no "Não"», o Partido Nacional lembra ao eleitorado o que De Klerk já conseguiu para os sul-africanos: «o terrorismo deixou de ser uma ameaça; o tempo do serviço militar foi reduzido, as sanções são coisas do passado; o desporto sul-africano foi reintegrado na arena internacional».

Também as forças económicas do país vão sugerindo, com insistência, no voto ao «Sim», alertando que um eventual triunfo dos conservadores seria «um grande desastre para todos».

O período da campanha eleitoral teve início esta semana, através de iniciativas curiosamente realizadas na mesma província (Cabo), com De Klerk (Partido Nacional) e Andries Treurnicht (Partido Conservador) a dirigirem as primeiras mensagens em pequenas cidades de Boland, separadas por escassa centena de quilómetros.

Bem ao estilo americano, os dois líderes irão percorrer, no espaço de quinze dias, cerca de meia centena de cidades, de extremo a extremo, numa extensão de mais de dois mil quilómetros. A vitória, mais do que certa, de De Klerk, aponta para a maioria absoluta e deve rondar os 60 a 65 por cento.

A maioria negra segue, com todo o interesse, a campanha para o referendo branco, que considera «racista, mas necessário».

O líder do ANC, Nelson Mandela, lamentou que De Klerk «descesse tão baixo, dando a ideia, ao exterior, que, realmente, não está seguro de que é um verdadeiro dirigente, nem dos brancos nem, tão pouco, dos negros».

Africa do Sul

Pieter Botha diz "não" a De Klerk

O Grande Crocodilo", como

é conhecido nos meios políticos da África do Sul o antigo Presidente Pieter Botha, saiu ontem do pântano de silêncio a que se remetera nos últimos tempos e lançou uma violenta diatribe contra o seu sucessor, Frederik de Klerk, declarando mesmo que irá votar "não" no crucial referendo da próxima semana. "Não posso participar no suicídio do meu próprio povo" — afirmou Botha, cuja tomada de posição a favor da extrema-direita poderá reduzir substancialmente as possibilidades de uma maioria da comunidade branca sul-africana se pronunciar a favor da continuação das reformas encetadas por De Klerk, há dois anos e meio na Chefia do Estado.

Em declaração distribuída pela agência noticiosa Associação de Imprensa Sul-Africana (SAPA), o antigo Presidente, já com 75 anos, diz que foi levado a pronunciar-se publicamente depois de ter recebido uma avalanche de telefonemas, a pedir conselho sobre a forma de votar no dia 17: "sim" ou "não" ao prosseguimento do processo democratizador.

As suas palavras poderão influenciar fortemente o grande número de indecisos que ainda havia entre a comunidade branca, fazendo reverter o sentido das sondagens que ainda há poucos dias deixavam prever uma vitória do "sim" (talvez com cerca de 60 por cento).

"Não sou um racista. Mas

repugna-me que influências externas tentem intimidar-nos com a sua propaganda e ameaças... Não posso votar por uma evolução que criará um Governo dominado pelo ANC e pelo Partido Comunista" — disse Botha, que em Maio de 1990 abandonou o Partido Nacional, no poder, de que era membro há mais de meio século; e que o Partido Conservador se tem esforçado por atrair às suas fileiras.

Terre-Blanche caiu do cavalo

Algumas horas antes de a maioria da nação ter ouvido, estupefacto, as palavras do antigo Presidente, que não de-

bastante mau augúrio para Frederik de Klerk e para a democracia, o dirigente neo-nazi Eugene Terre-Blanche caíra do cavalo em que se encaminhava para um comício no centro de Pretória.

Menos de 5.000 pessoas (apenas umas 2.000, segundo a agência France Presse) compareceram no comício conjunto de três partidos da extrema-direita: o Conservador, de Andries Treurnicht, o Nacional Reformado, de Jaap Marais, e o Movimento de Resistência Afrikaner, de Terre-Blanche. E essa aparente dificuldade de mobilização dos que estão a fazer campanha a favor do "não" a De Klerk mostrou bem quanto grande era ainda ontem de manhã a bus-

te dos indecisos.

Treurnicht e Marais aguardavam o seu comparecimento na tribuna quando ele caiu do cavalo, ao entrar na praça onde se ergue a estátua ao herói boer Paul Kruger. Alguns guarda-costas ajudaram-no a montar de novo; e daí a minutos exortava a população afrikaner (essencialmente de ascendência holandesa) a lutar pelo "não" a De Klerk com o mesmo ardor que os seus antepassados demonstraram ao combater os britânicos, que há 93 anos anexaram o Transvaal e o Estado Livre de Orange.

Enquanto Terre-Blanche considerou que o referendo de 17 de Março vai ser "entre Deus e o comunismo", Treurnicht elucidou que

os brancos não pretendem continuar a dominar os negros. Mas sim ter uma pátria só para si, numa confederação de estados independentes em que os negros também seriam senhores de si próprios.

Entre a assistência havia cartazes bem elucidadivos de que a extrema-direita não deseja de forma alguma a continuação das conversações entre o Governo e o Congresso Nacional Africano (ANC): "Enforquem Mandela!" e "Não às negociações com o cão comunista, o anti-Cristo!"

Depois do comício, o líder da Resistência Afrikaner, à frente de um grupo de cavaleiros, atirou-se contra um cordão policial e feriu ligeiramente três guardas.

Jorge Heitor

A vitória do Presidente sul-africano no referendo de dia 17 apresenta-se agora mais difícil, depois de o seu antecessor ter decidido alinhar com a extrema-direita e dizer claramente "não" às reformas actualmente em curso. Tudo continua em causa, num país que mal acaba de sair do "apartheid".

De Klerk pede uma vitória indiscutível

Jorge Heitor

A República da África do Sul está apenas a duas semanas de um dos dias mais decisivos da sua História, no qual a comunidade branca deverá determinar de uma vez por todas se enterra mesmo o "apartheid" ou se continua a insistir numa vivência absolutamente à margem dos demais grupos étnicos.

O Presidente Frederik Willem de Klerk, nascido em Joanesburgo a 18 de Março de 1936, pediu ontem uma vitória esmagadora do "sim" no referendo que se efectua dia 17, para que os brancos sul-africanos digam se o autorizam a prosseguir com as reformas encetadas há dois anos.

Ao abrir a campanha eleitoral, na cidade universitária de Stellenbosch, na província do Cabo, o Presidente discursou a 800 estudantes e explicou-lhes que negociar com o Congresso Nacional Africano (ANC) não significa de modo algum que tenha decidido aliar-se a Nelson Mandela.

"O Partido Conservador pretende que os eleitores acre-

ditem que um voto 'sim' seria um voto no ANC, no comunismo e no domínio negro. Mas isso não é verdade" — observou De Klerk, licenciado em Direito pela Universidade de Potchefstroom (aquela mesma cidade onde uma eleição parcial foi o mês passado ganha pelos conservadores, levando à convocação do referendo).

"A negociação não nos torna aliados de todos aqueles com quem negociamos, nem nos torna irmãos de sangue dos líderes com quem falamos" — prosseguiu o Presidente, que no dia 17 joga o peso de 20 anos de carreira política, iniciada quando em 1972 foi eleito deputado pelo círculo de Vereeniging.

Diferenças em relação ao ANC

A fim de evitar quaisquer incompreensões surgidas entre o eleitorado afrikaner (basicamente descendente de holandeses), De Klerk sublinhou muito bem que o Partido Nacional, no poder desde 1948, é uma coisa muito diferente do ANC, cuja legalização em Fevereiro de 1990 para um primeiro passo para a democratização da África do Sul.

Foi a violenta oposição do Partido Conservador e de outros grupos de extrema-direita a qualquer ideia de profundas reformas na sociedade sul-africana que levou o Chefe do Estado a apostar no referendo de 17 de Março, reservado a brancos.

Ao abrir agora a campanha,

Frederik de Klerk teve o especial cuidado de observar que condena sem qualquer margem para dúvidas a ideia de um Governo e de um Parlamento completamente dominados pelo ANC, nos quais não houvesse representação significativa das demais forças político-sociais.

Indo ao encontro dos mais profundos receios de uma parte significativa do eleitorado branco, o Presidente garantiu que não deseja de forma alguma a repetição no país de tantos erros que, ao longo das últimas décadas, se cometeram noutras regiões da África.

No entanto, concluiu que não há qualquer alternativa para as reformas e que os sul-africanos brancos não podem continuar a viver de acordo com modelos a que estavam habituados há 20 ou 30 anos: "Um voto 'não' seria a morte de toda a esperança para os jovens da África do Sul".

A dada altura, durante a visita à Universidade de Stellenbosch, aproximou-se dele um pequeno grupo de partidários de Andries Treurnicht, o líder conservador, e um deles, de camuflado, gritou "Rubbish" (lixo, porcaria).

"Está a trair os afrikaners, está a trair os brancos. Nunca o aceitaremos. Pagaremos com sangue. Daremos a vida para o deter" — afirmou o manifestante, Albert Smit.

Entretanto, o dirigente do grupo neo-nazi Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), Eugène Terre'Blanche, que se juntou a Treurnicht numa

aliança defensora do "não", disse ontem — numa entrevista — que marcar o referendo apenas com um aviso de três semanas foi "violar a democracia".

A revolução branca

"Se o Presidente pensa que vai criar paz, está muito enganado. Estamos a caminhar para o conflito e a revolução" — afirmou o mais típico dos dirigentes extremistas brancos, descendente de huguenotes franceses que há dois séculos chegaram à região do Cabo.

"Centenas de milhares de elementos da direita vão sentir-se ludibriados, porque De Klerk não deu tempo suficiente para a campanha. Por isso, não se sentirão obrigados pelo resultado do referendo, se eles for desfavorável" — prosseguiu Terre'Blanche, cujo movimento tem cerca de 5.000 comandos, prontos para "a revolução branca".

"O afrikaner não será escuraçado da sua terra, pois não tem mais lado nenhum para onde ir" — afirmou ainda o líder dos neo-nazis, reflectindo o receio de que os brancos se sentissem a mais num país completamente dominado pela sua maioria negra.

O eleitorado branco é constituído por 3,3 milhões de cidadãos e mais de um terço ainda não decidiu se deverá dizer "sim" ou "não" ao prosseguimento das reformas que De Klerk deseja introduzir no país. ■

Mandela apela ao "sim"

OS SUL-AFRICANOS oscilam entre o "não" e o "sim" a poucos nove dias do referendo do dia 17 de que depende a reforma do sistema do "apartheid". Depois da tomada de posição do antigo Presidente Pieter Botha ao lado da extrema-direita, ontem foi a vez do dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, alinhar com os reformistas do actual Presidente, Frederik de Klerk.

Ignorando os avisos segundo os quais um apoio público às posições de De Klerk poderá levar os brancos indecisos — cerca de 40 por cento, segundo as últimas sondagens — a alinharem com as posições radicais da extrema-direita, Mandela apelou aos eleitores brancos que votem "sim" na consulta popular que deverá assegurar nomeadamente a continuação das conversações inte retinicas.

As conversações entre representantes da minoria branca e da maioria negra foram iniciadas em Dezembro no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA) que aglutina todas as forças políticas do país com excepção dos movimentos extremistas.

"Votar afirmativamente significa que nos sentiremos à

mesa [das negociações] enquanto sul-africanos e procuraremos os melhores meios para instaurar um sistema democrático no seio do qual todos se sentirão tranquilizados", escreveu o líder do ANC num artigo publicado no "Sunday Times" de Joanesburgo.

"Um voto negativo terá o valor de uma declaração de guerra contra a maioria deste país", sublinha o dirigente negro, que tentou ainda atenuar os receios dos brancos que temem ficar submetidos à maioria negra: "Pretendemos um Governo que preste contas a todos os sul-africanos e não apenas a uma fracção", escreveu.

Nelson Mandela avisou contra as consequências de um voto negativo que arrastaria, segundo os observadores, a organização de eleições gerais unicamente para brancos com a possibilidade de regresso ao poder do Partido Conservador, opositor a De Klerk. "Os nossos compatriotas brancos têm a possibilidade de rejeitar, uma vez por todas, as práticas cruéis que envergonharam o nosso país e prejudicaram os seus habitantes".

Apelando aos "compatriotas" que "marchem firmemente, de cabeça erguida, para uma nova África do Sul",

Mandela sublinhou no entanto que se tratarão "das últimas eleições apenas para brancos" devendo estes aproveitar a ocasião para "mostrarem livre e voluntariamente a sua vontade de fazer parte da nação".

A inequívoca tomada de posição de Mandela ocorreu um dia depois da rejeição total do processo de reformas por parte do antigo Presidente Pieter Botha. Este afirmou que "um Governo dominado pelo ANC e pelo Partido Comunista sul-africano" representaria o "suicídio" do seu povo e pronunciou-se pela "autodeterminação" dos povos da África do Sul tal como o reclama a extrema-direita.

Mais expressivo foi no entanto o líder da extrema-direita, Eugène Terre'Blanche, que exortou sábado, num comício em Pretória, os brancos a pronunciarem-se entre "Deus e o comunismo". Muitos dos presentes empunhavam bandeiras do movimento afrikaner e das antigas repúblicas "boers", constituídas por colónos de origem holandesa antes da anexação britânica. "Jamais haverá paz com um go-

verno negro comunista que tenha poder sobre os brancos", afirmou o dirigente radical.

Três habitantes da cidade negra de Kallehong, a leste de Joanesburgo, foram ontem abatidos durante recontros provocados por um bando armado de 200 pessoas que incendiou também várias casas e veículos, anunciou um portavoz da polícia citado pela AFP. Um agente da polícia encontra-se entre as vítimas dos

incidentes cujas causas permaneciam ao fim da tarde desconhecidas.

No dia anterior, três outras pessoas tinham sido mortas nos subúrbios negros de Joanesburgo, uma em Sharville, onde subsiste uma viva tensão causada pela morte, há uma semana, de um militante do ANC, e duas em Alexandra durante um funeral, entre partidários do movimento Zulu Inkatha e do ANC. ■

Missão em África

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 26 FEVEREIRO 1992

A CÂMARA Luso-Sul-Africana do Comércio e Indústria promove, a partir de sábado e durante uma semana, a sua 34ª missão empresarial à África do Sul. A delegação integra representantes de várias empresas portuguesas dos sectores alimentar, da construção civil, hotelaria, metalurgia, telecomunicações, maquinaria, fibra de vidro, ambientadores de ar e água, pneus e câmaras de ar. A visita tem por objectivo desenvolver e estreitar o relacionamento comercial e a cooperação económica ao nível regional entre Portugal e a África do Sul. ■